



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANA PAULA SANTOS RIBEIRO

**USOS DA INTERNET E COMPETÊNCIA INFORMACIONAL: UM
ESTUDO COM ASSOCIADAS DA ABONG EM SALVADOR/ BA**

Salvador

2012

ANA PAULA SANTOS RIBEIRO

**USOS DA INTERNET E COMPETÊNCIA INFORMACIONAL: UM
ESTUDO COM ASSOCIADAS DA ABONG EM SALVADOR/ BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação da
Universidade Federal da Bahia como requisito
parcial para obtenção do grau de mestre em
Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro.

Salvador
2012

R488

Ribeiro, Ana Paula Santos

Usos da internet e competência informacional: um estudo com associadas da Abong em Salvador (BA)/ Ana Paula Santos Ribeiro. -- Salvador, 2012.

97 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro.

1. Competência Informacional. 2. Internet. 3. Organizações Não Governamentais. I. Título.

CDU: 002:659

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA PAULA SANTOS RIBEIRO

**Usos da internet e competência informacional: um estudo com associadas da
Abong em Salvador/ BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

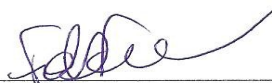
BANCA EXAMINADORA

Nome: Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira (Titular externo)

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Titulação: Doutor em Radio, TV e Filme

Assinatura: _____

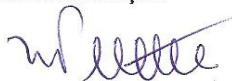


Nome: Profa. Dra. Nídia Lienert Lubisco

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Titulação: Doutora em Documentação

Assinatura: _____



Nome: Prof. Dr. Othon Fernando Jambeiro Barbosa

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Titulação: Doutor em Comunicação

Assinatura: _____



Data: 31/08/2012

Para Ana Júlia.

AGRADECIMENTOS

À Deus.

À minha família, em especial as minhas irmãs: Andréia, Adriana e Sandrinha, cuja amizade, dedicação e compreensão desejo conservar por toda a vida.

À professora Helena Pereira da Silva, minha primeira orientadora.

À professora Jussara Borges pelo incentivo e dedicação desde os tempos da graduação.

Ao professor Othon Jambeiro pelo apoio e ensinamentos.

Aos professores Ricardo Coutinho e Aurora Freixo pelas contribuições a essa dissertação.

Aos colegas do Instituto de Ciência da Informação (ICI), em especial a Louise e Raquel e aos professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação.

As organizações pesquisadas, fundamentais para a consecução deste trabalho, e que gentilmente me receberam.

Por fim, a Eliseu, presente de Deus em minha vida, por seu amor e dedicação.

[...] a competência informacional está no centro de vasta gama de competências (literacies) emergentes, resultantes da sociedade da informação, e que povoam a produção intelectual da área, tais como competência cultural, competência digital, competência visual, competência tecnológica, dentre outras (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

RESUMO

A expansão da internet e de outras plataformas de comunicação digital abriu novas dimensões e oportunidades de aprendizagem, através da partilha de conhecimentos, a exemplo de grupos de discussão, e muitas outras formas de aprendizagem colaborativa e participação social. Seja com o foco nas tecnologias ou na apreensão da informação, existe um consenso quanto à importância de se adquirir competências para atuar em ambientes informacionais, inclusive nos digitais. Neste trabalho, entende-se que a competência informacional é o elemento central de uma gama de competências emergentes, tais como competência cultural, visual, tecnológica entre outras, inclusive competência digital. Assim, o argumento é de que o desenvolvimento significativo da informação disponível, sobretudo na internet, propiciado pela introdução das tecnologias de informação e comunicações (TICs) induziu a novos conhecimentos e competências, sobretudo para a participação do indivíduo na sociedade. Pensando sobre esse aspecto e no papel que as organizações não-governamentais (ONGs) têm desempenhado na sociedade, selecionou-se como *corpus* de análise neste estudo, as ONGs que atuam em Salvador e são associadas à Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, a Abong. Nesse sentido, delineou-se como objetivo desta pesquisa: Identificar e analisar as competências informacionais que as ONGs de Salvador, associadas à Abong, empregam ao utilizarem a internet como meio de comunicação e interação. Para atingir este objetivo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, formulário e a entrevista. A entrevista foi adotada para se conhecer o perfil das organizações pesquisadas e, de maneira geral, conhecer a opinião das organizações com relação aos usos da tecnologia de informação, sobretudo a internet. O formulário serviu para coletar os dados relativos aos procedimentos de acesso, busca, uso e produção de informação, sobretudo no ambiente digital, foco desta pesquisa. Foram pesquisadas oito organizações no período de setembro a dezembro de 2011. Como resultado, a maioria das ONGs pesquisadas se mostra consciente de algumas vantagens da comunicação virtual, entre elas, barateamento dos custos; velocidade de transmissão. A partir dos dados obtidos, observou-se também que o uso da internet pelas organizações pesquisadas varia, principalmente, em relação aos objetivos delineados e ao número de seus funcionários. Quanto menor a organização, menor foi também a interação no ambiente digital. O fato de ser associada à Abong parece não interferir nas interações no ambiente digital. Isso porque nenhuma das organizações pesquisadas afirmou interagir pela internet com a Abong. As interações, na maioria das vezes, são com agências de cooperação e outras organizações. Inclusive, este foi o motivo mais citado para que as organizações fundadas antes de 1995 passassem a utilizar a internet como meio de interação e divulgação do seu trabalho.

Palavras-chave: Usos da internet. Competência informacional. Organizações não-governamentais (ONGs).

ABSTRACT

The expansion of Internet and others digital communication platforms has opened new dimensions and opportunities for learning through knowledge sharing, such as discussion groups, and many other forms of collaborative learning and social participation. Be with focus on technology or the seizure of information, there is a consensus on the importance of acquiring skills to work in information environments, including in digital. In this study, information literacy is understood as the central element of a range of emerging competences, such as cultural competence, visual, technological and others, including digital competence. Thus, the argument is that the significant development of the information available, especially on the Internet, made possible by the introduction of information technology and communications (ICT) has led to new knowledge and skills, especially for the individual's participation in society. Thinking about this aspect and the role that nongovernmental organizations (NGOs) have played in society, was selected as corpus analysis in this study, the NGOs that operate in Salvador-BA and are associated with the Brazilian Association of Non Governmental Organizations, the Abong. Accordingly, it was designed as goals of this research: Identify and analyze the information literacy that the NGOs in Salvador, that are associated with Abong, employ when using the internet as a means of communication and interaction. To achieve these goals, it was used as an instrument of data collection, form and interview. The interview was taken to have knowledge of the profile of the organizations surveyed and, in general, to know the opinion of organizations with respect to uses of information technology, especially the Internet. The form was used to collect data related to the procedures to access, search, use and production of information, especially in the digital environment, focus of this research. Eight organizations were surveyed from September to December 2011. As a result, most NGOs surveyed show to be aware of the advantages of virtual communication, among them, cheaper costs and speed of transmission. From the data gotten, it was also observed that the use of Internet by organizations surveyed varies mainly in relation to the objectives outlined and the number of employees. The smaller the organization, the interaction was also lower in the digital environment. The fact to be associated with Abong does not seem to interfere in the interactions in the digital environment. That's because none of the organizations surveyed said interacting with Abong by internet. The interactions, in most cases, are with agencies and other organizations. In addition, this was the most cited reason for organizations founded before 1995 to begin to use the Internet as a means for interaction and dissemination of its work.

Keywords: Uses of the Internet. Information literacy. Non-governmental organizations (NGOs).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Organizações selecionadas para a pesquisa empírica	23
Quadro 2 -	Categorias de análise	24
Figura 1 -	Diferentes concepções de competência informacional	31

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Emprego da internet	69
Tabela 1 - Usos da internet pelas organizações	70
Gráfico 2 - Fonte de informação utilizada	72
Gráfico 3 - Estratégia de busca	75
Gráfico 4 - Aplicações dos textos selecionados	77
Gráfico 5 - Recursos na internet que a organização utiliza	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR	Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais
ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AESOS	Associação Educacional Sons do Silêncio
CEADE	Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CECUP	Centro de Educação e Cultura Popular
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan
CESE	Coordenação Ecumênica de Serviço
CHAMA	Centro Humanitário de Apoio à Mulher
CIEG	Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais Enrique Pichon- Rivière
CJP	Comissão de Justiça e Paz
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRIA	Centro de Referência Integral de Adolescentes
ECLOF	Fundação Ecumênica de Crédito às Igrejas
GAMBA	Grupo Ambientalista da Bahia
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção da Aids
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAE	Programa de Apoio Estratégico
PDP	Programa Dupla Participação
PPGCI	Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
PPP	Programa Pequeno Projeto
RITS	Rede de Informações do Terceiro Setor
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
VIDA BRASIL	Valorização do Indivíduo e Desenvolvimento Ativo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS	17
1.2	JUSTIFICATIVA	18
1.3	MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	19
1.3.1	Instrumentos de coleta de dados	20
1.3.2	Procedimento para coleta dos dados	21
1.3.3	Análise e Interpretação dos dados	24
1.4	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	26
2	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL	28
2.1	VISÃO GERAL	28
2.1.1	Nível da informação e da tecnologia	32
2.1.2	Nível do conhecimento	35
2.1.3	Nível complexo da competência informacional	37
2.2	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL EM AMBIENTE DIGITAL	39
3	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	48
3.1	PERFIL DAS ONGS PESQUISADAS	53
3.1.1	Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento	54
3.1.2	Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais	55
3.1.3	Elo, ligação e organização	56
3.1.4	Avante – Avante qualidade, educação e vida	57
3.1.5	Serviço de Assessoria as Organizações Populares Rurais	58
3.1.6	Centro de Estudos e Ação Social	59
3.1.7	Coordenadoria Ecumênica de Serviços	59
3.1.8	Cipó, comunicação interativa	60
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
4.1	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL PARA AMBIENTE DIGITAL	68
4.1.1	Categoria 1: busca da informação	71
4.1.2	Categoria 2: seleção da informação	76
4.1.3	Categoria 3: avaliação da informação	77
4.1.4	Categoria 4: produção de conteúdo para internet	77
5	CONCLUSÕES	85
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXOS	92

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação mostra-se como fator fundamental ainda que não exclusivo, para a inserção e manutenção dos indivíduos no contexto da Sociedade da Informação. Nesse cenário, o crescimento contínuo da internet como ambiente de informação a torna instrumento indispensável, pois a capacidade de produção de conhecimento, aprendizagem e inovação dependem do acesso a informações, que estão, cada vez mais, disponíveis no meio digital.

A expansão da internet e de outras plataformas de comunicação digital abriu novas dimensões e oportunidades de aprendizagem, através da partilha de conhecimentos, a exemplo de grupos de discussão, e muitas outras formas de aprendizagem colaborativa e participação social. A cultura que se desenvolveu a partir do ambiente digital “[...] ressitua o indivíduo de uma posição de usuário, aquele que acessa e usa a informação, para aquele que participa de sua construção, avaliação, significação, reformulação” (BORGES; JAMBEIRO, 2009, p.09). Seja com o foco nas tecnologias ou na apreensão da informação, existe um consenso quanto à importância de se adquirir competências para atuar em ambientes informacionais, inclusive nos digitais.

Nos últimos anos, alguns esforços têm sido feitos para descrever e conceituar as competências que os usuários empregam em ambientes digitais (BORGES, 2011; AVIRAM; ESHET-ALKALAI, 2006; GISBERT CERVERA; ESPUNY VIDAL; GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 2011), e embora autores de correntes diversas concordem que as mídias digitais sugerem novas habilidades, letramentos ou competências, não se observa um consenso quanto à terminologia empregada (BAWDEN, 2002). Entende-se, neste trabalho, que a competência informacional é o elemento central de uma gama de competências emergentes, tais como competência digital, cultural, visual e tecnológica, dentre outras competências (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

Assim, o argumento é de que o desenvolvimento significativo da informação disponível, sobretudo na internet, propiciado pela introdução das tecnologias de informação e comunicações (TICs) induziu a novos conhecimentos e competências, sobretudo para a participação do indivíduo na

sociedade. Amplia-se, portanto, o conceito de competência informacional ao incluir novas habilidades inerentes ao ambiente digital (COSTA; ALTURAS, 2007).

Além de ser expressivo o número de trabalhos que têm como tema a competência informacional, nota-se em pesquisas na área de Ciência da Informação, no Brasil, uma predominância de trabalhos que abordam: a definição da competência informacional; o papel do bibliotecário e da biblioteca na implantação de uma educação voltada para a competência informacional; a função educativa da biblioteca escolar e o papel que esta deve exercer na educação dos usuários. Ou seja, “[...] o ambiente escolar tem sido o principal campo de estudos da competência em informação [...]” (HATSCHBACH; OLINTO, 2008, p.21). Pode-se apreender, portanto, que existe um consenso quanto à compreensão de que a educação é a base da construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. No entanto, é importante ressaltar que as práticas educativas não se restringem à escola ou à família. Elas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de modo institucionalizado ou não, sob várias modalidades. Nesse sentido, a internet surge como um potencial meio de promoção da aprendizagem ao longo da vida, uma vez que, “Se alguma coisa pode ser dita, é que a internet parece ter um efeito positivo sobre a interação social, e tende a aumentar a exposição a outras fontes de informação” (CASTELLS, 2003, p.102). Pensando sobre esse aspecto e no papel que as organizações não-governamentais (ONGs) têm desempenhado na sociedade, selecionou-se como *corpus* de análise neste estudo, as ONGs que atuam em Salvador e são associadas à Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, a Abong.

A Abong surgiu como uma forma de articular as ONGs associadas e representá-las coletivamente, junto ao Estado e aos demais sujeitos da sociedade civil, nos plano nacional e internacional. Defende ainda que, as organizações da sociedade civil são importantes sujeitos na promoção, manutenção e fortalecimento da democracia e como tal têm o direito de serem financiadas pelo Estado, de acordo com critérios democráticos e transparentes. O entendimento é de que é necessário o debate sobre a sustentabilidade

política e financeira das associadas considerando que a sua existência e pleno funcionamento contribuem para a democracia, uma vez que as ONGs são fundamentais para a formação de uma sociedade mais justa e democrática. Vale ressaltar que a Abong não intermedia projetos para suas associadas, mas estabelece diálogo com agências de cooperação internacionais, nacionais e governos advogando os interesses gerais para sustentabilidade política e financeira das ONGs. Por trabalharem em rede, pressupõe-se que as associadas à Abong desenvolvam competências informacionais para ambientes digitais como uma forma de manter a interação e o diálogo com a associação e seus parceiros. Nesse sentido, formulou-se a questão de pesquisa:

- a) quais competências informacionais para ambientes digitais são desenvolvidas nas ONGs de Salvador cadastradas na Abong?
- b) a Abong é mencionada como incentivadora no desenvolvimento de competências informacionais para o ambiente digital?

1.1 OBJETIVOS

Identificar e analisar as competências informacionais que as ONGs de Salvador, associadas à Abong, empregam ao utilizarem a internet como meio de comunicação e interação.

Para esta pesquisa, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as ONGs de Salvador cadastradas na Abong;
- b) traçar o perfil das ONGs participantes da pesquisa;
- c) identificar como as ONGs localizam, acessam, usam e produzem conteúdos digitais em rede.

1.2 JUSTIFICATIVA

Barreto (2007) considera que, desde que surgiu como campo do conhecimento, a Ciência da Informação passou por três momentos principais:

- a) tempo da gerência da informação (1945-1980);
- b) tempo da relação informação e conhecimento (1980-1995); e
- c) tempo do conhecimento interativo (a partir de 1995).

As questões de gerência da informação estavam voltadas para a organização e controle da explosão informacional no pós-guerra. O foco era “[...] a recuperação e a precisão nas buscas por informação” (BARRETO, 2007, p.25). Com a introdução dos computadores, a partir da década de 1980, o foco passou a ser a relação informação e conhecimento. Com o foco na relação da informação e do conhecimento, modificou-se a importância relativa da gestão de estoques de informação passando-se a apreciar a ação da informação na coletividade.

Se antes havia uma razão prática e uma premissa técnica e produtivista para a administração e o controle dos estoques, agora a reflexão, o ensino e a pesquisa passaram a considerar as condições da melhor forma de passagem da informação para os receptores e a sua realidade; a promessa do conhecimento teria que considerar o indivíduo, seu bem estar e suas competências para interiorizar a informação (BARRETO, 2007, p.28).

O tempo de interação do receptor com a informação – o terceiro momento –, diz respeito às modificações provocadas pelas tecnologias de informação nas formas de produção e distribuição da informação. Para Barreto (2007) a velocidade no tempo de acesso e usos da informação, coloca o usuário numa nova dimensão. Em suas palavras, “[...] o receptor passa a ser o julgador de sua relevância em tempo real, no momento de sua interação e não mais em uma condição de retro alimentação, ao final do processo” (BARRETO, 2007, p.29).

Assim, as possibilidades de interação propiciadas pelos meios eletrônicos, nos quais, muitas vezes, o indivíduo é convidado a opinar, a

intervir, parecem levá-lo a assumir uma postura mais proativa perante a informação, criticando-a, refazendo-a e interagindo com o produtor e com outros usuários. Em face da importância crescente das interações baseadas no formato digital é necessário refletir sobre quais as competências que são necessárias para atuação na sociedade contemporânea, com vistas à interação social (BORGES, 2011).

A área de estudos e pesquisas sobre a questão informacional entre as ONGs é ainda pouco explorada, mas demonstrou ser um campo rico de investigações com muitos outros aspectos e características específicas a serem analisadas, de grande interesse para a área de Ciência da Informação. As ONGs vêm ampliando as perspectivas democráticas, porque além da atuação na área específica em que cada uma se propõe atuar, elas contribuem para ampliar as formas de participação, emprestando-lhe um novo/renovado caráter de ação: a busca por informações, a militância, as discussões, as manifestações de opinião, as marchas, a avaliação dos representantes, etc. Essas organizações têm proposto políticas nas áreas de educação, saúde, meio-ambiente e outras. Também colaboram habitualmente na implantação de políticas públicas conjuntamente com governos, entidades religiosas e organizações comunitárias locais (BORGES, 2011).

1.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

O método científico pode ser definido como um conjunto de regras com o objetivo de desenvolver uma experiência a fim de produzir um novo conhecimento ou corrigir e/ou integrar um conhecimento pré-existente. Nesse sentido, essa investigação se insere na área de Ciências Sociais Aplicadas. No âmbito do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, porque objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.

Optou-se por uma associação das abordagens quantitativa e qualitativa para identificar as competências informacionais para o ambiente digital desenvolvidas pelas organizações pesquisadas, bem como para saber

se a Abong é mencionada como incentivadora no desenvolvimento de competências informacionais para o ambiente digital. Neste estudo, a abordagem qualitativa favorece a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados na exploração das experiências dos pesquisados, bem como a compreensão de aspectos subjetivos em relação ao desenvolvimento das competências. Os dados quantitativos revelam os procedimentos de busca e uso da informação pelas organizações pesquisadas.

Com relação aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva. Pois,

[...] visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática (GIL, 1991, p.31).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como levantamento, uma vez que envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (GIL, 1991).

1.3.1 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o formulário e a entrevista. A entrevista foi adotada para se conhecer o perfil das organizações pesquisadas e, de maneira geral, conhecer a opinião das organizações com relação aos usos da tecnologia de informação, sobretudo a internet. Caracteriza-se, portanto, como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas possa obter informações a respeito de um determinado assunto.

De acordo com Pádua (2005), as entrevistas constituem uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados, sobre um determinado tema. A entrevista como uma das técnicas mais usadas em pesquisa de campo possibilita que os dados sejam analisados quantitativamente e qualitativamente e se constitui como muito eficiente para obtenção de dados referentes ao comportamento humano.

Para esta pesquisa, optou-se pela entrevista padronizada ou estruturada que é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente

estabelecido. De acordo com Lakatos e Marconi (2001), a padronização objetiva obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas, permitindo que sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas refletindo as semelhanças e diferenças entre os entrevistados. É importante ressaltar que nesse método, não há limite de duração de tempo para a entrevista; recomenda-se apenas que estas sejam gravadas em áudio ou vídeo e transcritas textualmente para posterior análise.

O formulário serviu para coletar os dados relativos aos procedimentos de acesso, busca, uso e produção de informação, sobretudo no ambiente digital, foco desta pesquisa. Basicamente, o que difere o questionário do formulário é o seu preenchimento: o formulário deve ser preenchido pelo investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo próprio pesquisado, sob a orientação do pesquisador.

1.3.2 Procedimentos de coleta de dados

Para a identificação das ONGs de Salvador associadas à Abong consultou-se o *website* da Abong (www.abong.org.br). A escolha da Abong foi fundamentada nos objetivos delineados pela associação e contidos na sua Carta de Princípios, entre eles, promover o intercâmbio entre organizações que buscam a ampliação da cidadania. No levantamento realizado no *website* foram localizadas, por meio do filtro “unidade de federação”, 24 ONGs cadastradas no Estado da Bahia, das quais 18 estão localizadas em Salvador e, portanto, compõem o universo da pesquisa. Ou seja, 75% das ONGs cadastradas junto à Abong na Bahia, estão localizadas geograficamente em Salvador.

Para a coleta dos dados desta primeira etapa foram analisadas as informações obtidas no *website* da Abong sobre as organizações associadas. Os dados fornecidos no *website* são:

- a) nome da instituição;
- b) endereço;
- c) telefone e e-mails; e

d) url do site da instituição.

Outras informações podem ou não constar no cadastro da organização, tais como: ano de constituição, missão, principal âmbito de atuação, público alvo e áreas temáticas de atuação. Levando-se em consideração as informações obtidas por meio do *website* da Abong, as 18 instituições localizadas em Salvador possuíam indicativo de espaços disponibilizados oficialmente na internet: *website*, blogs ou portais, por exemplo, nos dados cadastrais sobre a organização. Nesse sentido, foi realizado também, um contato direto com esses ambientes virtuais. Neste momento, a técnica de coleta de dados foi a observação sistemática, não-participante e individual. Essa observação buscou perceber os seguintes aspectos: tipos de espaços disponibilizados oficialmente na internet; presença de links para redes sociais e/ou blogs institucionais, existência de espaços para interação com o internauta no site oficial e elementos que identifiquem periodicidade de atualização nos sites. No entanto, nesta pesquisa foram encontrados os seguintes problemas:

- a) suspensão do site; e
- b) suspensão temporária de sites para reformulação dos conteúdos.

Cinco instituições se encontravam com seus espaços *online* fora do ar sem nenhuma justificativa: Associação educacional sons do silêncio (AESOS), Centro de educação e cultura popular (CECUP), Centro de defesa da criança e do adolescente Yves de Roussan (CEDECA), Centro humanitário de apoio à mulher (CHAMA) e Comissão de Justiça e Paz de Salvador (CJP/ Salvador). E, em uma delas, o Grupo ambientalista da Bahia (GAMBA), aparecia a mensagem “Novo *site* em construção”. Em um breve levantamento realizado no mecanismo de busca do Google, utilizou-se, neste momento, como termo de busca o nome da própria organização, não foi localizado nenhum espaço *online* relativo a essas instituições, assim como redes sociais, a exemplo do twitter e facebook.

As seis instituições foram, portanto, excluídas da pesquisa, uma vez que o que se pretende analisar são as competências informacionais empregadas em ambientes digitais, sobretudo no uso da internet como ambiente de informação e comunicação. E, a ausência de evidências com relação à utilização da internet, para além da comunicação por email, por exemplo, poderia se comparadas com as demais organizações que utilizam plenamente a internet, provocar distorções nos resultados encontrados.

Ao final, pois, foram selecionadas para a pesquisa empírica 12 organizações, relacionadas a seguir em ordem alfabética (Quadro 1).

Quadro 1: Organizações selecionadas para a pesquisa empírica

AATR (BA) – Associação de advogados de trabalhadores rurais no Estado da Bahia http://www.aatr.org.br
AVANTE – Avante qualidade, educação e vida http://www.avante.org.br
CEADE – Centro ecumênico de apoio ao desenvolvimento http://www.ceade.org.br
CEAS (BA) – Centro de estudos e ação social http://www.ceas.com.br
CESE – Coordenação ecumênica de serviço http://www.cese.org.br
CIEG – Centro interdisciplinar de estudos grupais Enrique Pichon-Rivière http://www.ciegepr.org.br
CIPÓ – CIPÓ comunicação interativa http://www.cipo.org.br
CRIA – Centro de referência integral de adolescentes http://www.criando.org.br
ELO – ELO ligação e organização http://www.elobrasil.org.br
GAPA (BA) – Grupo de apoio à prevenção à Aids da Bahia http://www.gapabahia.org.br
SASOP – Serviço de assessoria a organizações populares rurais http://www.sasop.org.br
VIDA BRASIL (BA) – Valorização do indivíduo e desenvolvimento ativo http://www.vidabrasil.org.br

Fonte: Pesquisa da autora a partir do cadastro da Abong.

No entanto, após diversas tentativas de contato por e-mail e telefone, sem sucesso, foram excluídas da pesquisa as organizações seguintes: Centro interdisciplinar de estudos grupais Enrique Pichon-Rivière; Centro de referência integral de adolescentes; Grupo de apoio à prevenção à Aids da Bahia; e Vida Brasil (BA). Portanto, participaram desta pesquisa oito

organizações. As entrevistas ocorreram na sede das organizações no período de setembro a dezembro de 2011.

1.3.3 Análise e interpretação dos dados

Visando atender os propósitos desta pesquisa, utilizou-se para o processo de análise dos dados a técnica de análise de conteúdo. Essa técnica de pesquisa é constituída de três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material e; 3) Tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

Desse modo, as categorias referentes aos dados quantitativos foram criadas com base no questionário, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Categorias de análise

Categoria	Subcategoria	Questões
Categoria 1: Busca da informação	1. Acesso à informação na internet;	1. 4.
	2. Fontes de informação;	2. 9.
	3. Estratégia de busca.	3.
Categoria 2: Seleção da informação	1. Recuperação da informação; 2. Organização da informação selecionada.	5. 8.
Categoria 3: Avaliação da informação	1. Avaliação da informação; 2. Confiabilidade da Informação; 3. Atualização.	6. 7. 17.
Categoria 4: Produção de conteúdo para a internet	1. Produção de conteúdo;	10. 13. 15. 15.1 16.
	2. Recursos comunicacionais;	11. 12.
	3. Uso ético da Informação.	14. 14.1 18.

Fonte: Pesquisa da autora.

A categoria 1 diz respeito à busca da informação. Para Sales e Almeida (2007) em se tratando de busca de informação, não se pode deixar de mencionar a importância irrefutável das fontes de informação que, com o advento da internet, se tornaram imensuráveis. Ainda de acordo com esses autores, é devido ao grande número de fontes de informação disponíveis na internet, que se tornou imprescindível a elaboração de critérios que avaliem a qualidade das fontes: “[...] a localização de uma fonte de informação específica e eficiente na internet pode ser uma difícil tarefa para aqueles que não levam em consideração critérios de qualidade e aspectos relacionados ao custo de busca e obtenção da informação” (SALES; ALMEIDA, 2007, p.73). Os mesmos autores citam ainda como critérios de qualidade da informação, a autoridade, o escopo, a cobertura e o conteúdo, bem como o público alvo e a proposta da informação. Além disso, devem ser observados aspectos como endereço eletrônico do documento e sua atualidade. Nesse sentido, foram agrupadas nesta categoria, as questões que versam sobre o acesso à informação na internet, as fontes de informações e as estratégias de busca utilizadas pelas organizações pesquisadas para acessar informações.

As categorias 2 e 3, seleção e avaliação da informação, respectivamente, relacionam-se diretamente com a categoria busca da informação. Pois no momento em que ocorre a busca da informação, processa-se também a seleção da informação confiável, por exemplo. Nesse processo de seleção são utilizados critérios de avaliação da informação, como autoridade da fonte e atualidade da informação, conforme citação anterior.

As categorias acima citada embasam a categoria 4 (produção de conteúdo). Isso porque para se criar um novo conhecimento é imprescindível que este seja embasado por outro conhecimento já existente e devidamente comunicado em alguma fonte de informação, seja ela oral, escrita ou audiovisual (SALES; ALMEIDA, 2007). Nesse sentido, foram agrupadas nesta categoria questões relacionadas à produção de conteúdo para divulgação na internet, o uso ético da informação e os recursos informacionais utilizados pelas organizações pesquisadas, por exemplo.

Já as categorias relativas aos dados qualitativos, surgiram no curso da análise a partir do conteúdo coletado. É importante esclarecer que se optou,

neste estudo, por observar a utilização da internet pela perspectiva das próprias organizações. Entendendo-se que em função do desenvolvimento das TICs, sobretudo no que diz respeito a convergências de mídias tradicionais para a internet, as habilidades e competências são construídas e demandadas a partir do contexto, esse trabalho optou por não trabalhar com listas estanques de competências informacionais para o ambiente digital. Ao contrário, optou-se por deixar as organizações descreverem livremente como utilizam a internet e só posteriormente criar as categorias de análise a partir das respostas.

São utilizadas, na redação dos resultados, algumas falas dos entrevistados. No entanto, optou-se por não identificar as organizações. Assim, as falas utilizadas na seção 4 Análise e discussão dos resultados serão seguidas da sigla ONG acompanhada de uma letra de identificação, por exemplo, ONG A, ONG B. A escolha da letra foi aleatória.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Além desta introdução, onde é apresentado um panorama desta pesquisa, os objetivos, o método de pesquisa utilizado, o problema a ser investigado e as justificativas para essa investigação, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: na seção seguinte, é apresentada uma visão geral sobre o tema abordado competência informacional e uma visão específica sobre esse mesmo tema.

A visão geral sobre o tema foi elaborada a partir da revisão de literatura de diversos autores, entre eles: Dudziak (2002; 2003; 2007; 2011), Campelo (2003) e Belluzo (2006). Buscou-se, nessa seção, discutir de forma sucinta o surgimento do tema competência informacional e sua evolução baseado-se para tal em níveis de competência informacional propostos por Dudziak (2003; 2007), ou seja, nível da informação, do conhecimento e o nível complexo da competência informacional. A seguir é apresentada uma visão específica com relação ao entendimento do nível complexo da competência informacional. Essa seção foi denominada de “Competência informacional para ambientes digitais”.

Na terceira seção é apresentado o *corpus* de análise deste estudo, as ONGs, seu contexto de surgimento e o papel que desempenham na sociedade atual. Como subseção é apresentada o perfil das ONGs selecionadas para participarem da pesquisa. Vale resaltar que os critérios para seleção destas organizações foram apresentados no método de pesquisa.

A seção quatro traz a análise e discussão dos resultados encontrados na pesquisa. A quinta seção apresenta as conclusões do trabalho. Na sexta seção são apresentadas as referências utilizadas e por fim os elementos pós-textuais.

2 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Conforme explicitado no item 1.4 Organização do trabalho, nesta seção será discutido o conceito de competência informacional encontrado na revisão de literatura sobre o tema. A subseção 2.1 apresenta a visão geral sobre o tema, sua origem e evolução. A evolução do tema foi baseada no trabalho de Dudziak (2003; 2007) onde a autora categoriza a competência informacional em três níveis: o nível da informação que representa o conhecimento instrumental da tecnologia; o nível do conhecimento baseado, sobretudo nos programas de inclusão digital; e por fim, o nível complexo da competência informacional.

O nível complexo da competência informacional baseia-se na construção do conhecimento de forma coletiva a partir da interação e das relações. Nesse sentido, foi realizada também, uma aproximação do nível complexo da competência informacional com o conceito de redes sociais. Optou-se nessa dissertação por trabalhar as relações em rede por meio da internet. Sendo assim, a visão específica adotada neste trabalho sobre o tema baseia-se nas relações propiciadas pelo ambiente digital.

2.1 VISÃO GERAL

O referencial teórico da competência informacional vem sendo estruturado pela literatura desde a década de 1970. De acordo com Dudziak (2001) e Campello (2003; 2006), o termo *information literacy*¹ surgiu pela primeira vez na literatura em 1974 no trabalho do bibliotecário Paul Zarkowski, então presidente da *Information Industries Association*, no relatório intitulado *The information service environment relationships and priorities*. Este relatório foi submetido à *National Commission on Libraries and Information Science* (NCLIS). Nele, Zarkowski sugere ao governo norte-americano que disponibilize os meios para garantir que a população daquele país seja preparada para utilizar adequadamente bases de dados eletrônicas que estavam sendo

¹ Literacy, termo em inglês sem equivalente em língua portuguesa. Refere-se às habilidades para buscar, acessar e usar a informação, independente do suporte onde esteja.

comercializadas desde a década de 1960 nos Estados Unidos. Munidas dessas competências, as pessoas poderiam aplicar os conhecimentos adquiridos na solução de problemas no seu trabalho (CAMPELLO, 2003).

O movimento em torno do surgimento da competência informacional é apresentado, por Campello (2003) como um “[...] esforço da classe bibliotecária americana” visando à ampliação da função educativa do bibliotecário nas instituições educacionais, no intuito de melhorar a imagem da biblioteca e tirá-la do estado de desprestígio no qual se encontrava.

A dificuldade que a classe bibliotecária americana tinha em demonstrar efetivamente sua capacidade de influenciar positivamente a educação veio à tona com a divulgação, em 1983, do documento *A Nation at Risk: the Imperative for Educational Reform*, que apresentou um diagnóstico da situação de deterioração em que se encontrava o ensino público nos Estados Unidos. O documento, embora enfatizasse a aprendizagem de habilidades intelectuais superiores, não mencionou as bibliotecas [...] (CAMPELLO, 2003, p. 31).

Os bibliotecários reagiram energicamente, manifestando-se por meio de uma profusão de publicações, entre os quais um documento chamado *Libraries and the Learning Society: Papers in Response to a Nation at Risk*, publicado em 1984 pela *American Library Association - ALA*. Neste documento, os autores demonstravam “[...] a contribuição que a biblioteca escolar poderia oferecer para uma educação que ensinasse o aluno a aprender a aprender e desenvolvesse habilidades para buscar e usar informação, consideradas essenciais para viver em uma sociedade complexa e mutável” (CAMPELLO, 2003, p.31).

Ainda de acordo com Campello:

Começou, a partir daí, intenso movimento que tornou o conceito um tema de destaque não só nos Estados Unidos, mas também em diversos países, com a criação de entidades, a realização de encontros profissionais, a implantação de programas e o desenvolvimento de pesquisas que levaram a competência informacional a se constituir um dos assuntos mais discutidos atualmente na área de biblioteconomia (CAMPELLO, 2003, p.31-32).

Vale ressaltar que a função educativa do bibliotecário já havia sido discutida pelo filósofo Ortega y Gasset na década de 1930, no texto “Missão do bibliotecário”. No Brasil, as idéias de Ortega y Gasset começaram a ser divulgadas na década de 1970, pelo professor Edson Nery da Fonseca. Nesse período a Biblioteconomia tomou novo impulso, com a criação de cursos de mestrado e o surgimento de revistas especializadas. De acordo com Campello (2003, p.28) no Brasil, é nesse contexto, com esta nova forma de conceber a Biblioteconomia, que surge a competência informacional. Segundo ela, mudanças pela qual a Biblioteconomia passou e tem passado “[...] vem ensejando o surgimento de novos termos que possam representar de forma mais clara as atividades que, na atualidade, são demandadas do profissional da informação. Competência informacional (*information literacy*) é um desses termos”.

Geralmente descrita como um conjunto de habilidades relacionadas ao domínio do universo informacional, a competência informacional é definida por Dudziak como um

[...] processo contínuo de internalização dos fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários a compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida (DUDZIAK, 2001, p.143).

Esse conceito vai ao encontro do proposto por Belluzzo (2006), para quem a competência informacional encontra-se apoiada em princípios que envolvem a aplicação de técnicas e procedimentos ligados ao processamento e distribuição de informações, com base no desenvolvimento de habilidades e no uso de ferramentas e suportes tecnológicos. O conceito de competência informacional, segundo Campello (2003), está relacionado com a habilidade de usar informações necessárias para a vida cotidiana, o que envolve também a necessidade de reconhecimento e busca da informação para tomada de decisão. Miranda (2004) reforça esse pensamento, ao afirmar que a competência pode ser expressa pela *expertise* em lidar com o ciclo informacional, com as tecnologias da informação e com os contextos informacionais.

Segundo Dudziak (2003; 2007), a competência informacional didaticamente é dividida em três níveis ou concepções. A concepção da informação, com ênfase na tecnologia de informação corresponde ao nível básico e tem como objetivo formar indivíduos habilidosos no uso das ferramentas informacionais e da tecnologia. Na concepção do conhecimento, a competência informacional é concebida como processo cognitivo, incorporando habilidades e conhecimentos construídos pela reflexão. Ou seja, além do uso da informação, o indivíduo aprende a buscá-la, localizá-la, organizá-la, e a transformá-la em um novo conhecimento. Na concepção da inteligência, o enfoque é na aprendizagem ao longo da vida. Em 2007, Dudziak denominou essa concepção de nível complexo da competência informacional. Nesta concepção a competência informacional é concebida como um pré-requisito para a efetiva participação dos indivíduos na Sociedade da Informação, participação essa que conduz à transformação da realidade.

As concepções da competência informacional propostas por Dudziak (2003) podem ser observadas na Figura 1.



Figura 1: Diferentes concepções da competência informacional
Fonte: Dudziak (2003)

Embora Dudziak (2003; 2007) proponha em seu trabalho uma ênfase no papel educacional das bibliotecas e do bibliotecário, conforme observado na figura acima é importante salientar que a competência informacional, com ênfase na construção da cidadania – concepção do aprendizado – incorpora as concepções anteriormente descritas (da informação e do conhecimento). Pressupõe o fenômeno do saber voltado para o contexto social. Mais do que capacitação tecnológica e processos cognitivos individuais, a informação e o conhecimento assumem valores éticos e responsáveis, em benefício de todos, focados nas relações sociais (MARTINS; LUCAS, 2009). Nesse sentido, no contexto das relações sociais, a informação é um elemento de fundamental importância: é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual ou coletiva. Ou seja, participam ativamente da Sociedade da Informação – nível complexo da competência informacional.

2.1.1 Nível da informação e da tecnologia

Desde o final da década de 1960, quando teve início a primeira conferência das Nações Unidas sobre Informática, as TICs vêm sendo consideradas fatores importantes para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Nas décadas seguintes, 1970 e 1980, foram concebidos por diversos países planos nacionais de capacitação tecnológica da população, tendo em vista o desenvolvimento dessas regiões (TAKAHASHI, 2000). De acordo com Martins e Lucas (2009, p.83), nesse cenário, a informação “[...] adquiriu caráter de bem público, e seguindo o pressuposto de que a informação está estritamente ligada ao desenvolvimento de ações democráticas, o seu usufruto fundamenta-se hoje, na condição de entrada dos indivíduos que estão à margem da Sociedade da Informação”. O entendimento é de que a informação potencializa a construção de práticas cidadãs, em especial a informação pública, cabendo, portanto, ao Estado a responsabilidade de promover o seu acesso e fornecer os subsídios necessários para o seu uso efetivo. No Brasil, no tocante ao acesso à informação, esse é um direito

certificado na Constituição Federal, promulgada em 1988, no art. 5º, inciso XXXIII:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988²)

Com o objetivo de fornecer os subsídios necessários ao uso efetivo da informação e a inserção do Brasil na Sociedade da Informação, o Livro Verde, elaborado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), foi lançado no ano 2000. O livro apresenta análises e diretrizes para a implantação de ações com vistas ao desenvolvimento social por meio da inclusão digital. O argumento utilizado foi de que:

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. [...] Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada 'alfabetização digital' é elemento-chave nesse quadro (TAKARASHI, 2000, p.5).

O Livro Verde admite que para alcançar a inclusão digital faz-se necessária uma política de universalização do acesso à internet. Assim, proliferaram-se iniciativas que visam à alfabetização digital e o acesso às TICs, particularmente ao computador e à internet. Martins e Lucas (2009), ao apresentarem um estudo sobre como o governo federal trabalha as desigualdades causadas pela exclusão digital, esclarecem que

[...] o Governo Federal, em 58% dos programas analisados está investindo intensamente em inclusão digital sob a perspectiva do conceito mais simples de competência informacional. Oferecendo à sociedade brasileira a possibilidade do acesso às tecnologias, e a capacitação necessária para a sua utilização, principalmente por meio da

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

criação de telecentros comunitários e a aquisição individual, com a redução dos custos de compra de computadores (MARTINS; LUCAS, 2009, p.96).

Faz-se importante destacar, que embora o Governo Federal venha promovendo ações de inclusão digital³, pesquisas demonstram (BORGES, 2005; RIBEIRO; SILVA; BORGES, 2006) que a oferta de aparato tecnológico por meio de programas de inclusão digital não é suficiente para promover uma inclusão dos indivíduos na Sociedade da Informação. Indo de encontro a essa perspectiva, Martins e Lucas (2009) esclarecem que, no momento em que os programas de inclusão digital do governo federal disponibilizam equipamentos tecnológicos, conexão de acesso à rede e a capacitação no uso das máquinas, formaliza-se “[...] o primeiro passo para a inserção dos indivíduos excluídos na sociedade da informação” (MARTINS; LUCAS, 2009, p.94).

De acordo com Dudziak (2007, p.94) essa visão compreende o nível básico da competência informacional, pois esta concepção tem como objetivo formar indivíduos habilitados no uso das ferramentas informacionais e da tecnologia: “É o caso da chamada alfabetização digital que procura preparar as pessoas para o uso de computadores e da internet”. Focada no desenvolvimento dessas habilidades, a competência informacional com ênfase nas TICs é obtida por meio do oferecimento de uma infraestrutura tecnológica e de um processo de aprendizagem voltado basicamente ao entendimento do funcionamento de hardware e software, e do uso de aplicativos e mecanismos de busca automatizados (DUDZIAK, 2003; 2007; MARTINS; LUCAS, 2009; LECARDELLI; PRADO, 2006).

Não basta, no entanto, tornar disponíveis as ferramentas tecnológicas e capacitar os indivíduos para serem usuários dos serviços da internet. É necessário, também, garantir que as pessoas utilizem essas tecnologias em favor dos interesses e necessidades individuais e coletivos. A competência informacioanal só se efetiva, portanto, se além da aprendizagem do uso do computador, o que logicamente é condição básica, o indivíduo aprender a usar as redes e outras fontes para o acesso da informação de

³ Esses programas estão descritos no site Inclusão digital (www.inclusaodigital.gov.br).

acordo com suas necessidades de vida. Essa perspectiva será apresentada mais adiante no nível complexo da competência informacional.

2.1.2 Nível do conhecimento

No nível do conhecimento, a competência informacional está centrada no indivíduo, na forma como compreende e usa a informação dentro de seu contexto particular, na biblioteca como espaço de aprendizagem e no bibliotecário, gestor do conhecimento ou mediador nos processos de busca da informação. Nesse sentido, “O bibliotecário-educador é o especialista que instrui, treina, transmite informações e ensina” (DUDZIAK, 2011, p.172). Essa perspectiva encontra eco na concepção de Cunha (2006, p.98) para quem, o bibliotecário é o “[...] conhecedor de técnicas de indexação de conteúdos e estratégias de buscas mais produtivas”.

Essa concepção se baseia no argumento de que, por manter uma vivência mais estreita com o ciclo informacional, os bibliotecários adquirem conhecimentos e desenvolvem as habilidades necessárias à organização, à busca e ao uso da informação. O que os torna mais potencializados no desenvolvimento de ações e de processos relacionados ao ciclo informacional. A competência informacional, nessa concepção, preocupa-se com a construção do saber, engloba habilidades e conhecimentos de busca e uso da informação para a realização de tarefas e tomada de decisão. De acordo com Dudziak (2011, p.172), busca-se

[...] adaptar aquele que busca a informação e seu modo de aprender às estruturas, equipamentos e modos consolidados e considerados corretos. É definida como conjunto de habilidades e atributos necessários aos usuários da informação. O foco está naquilo que as pessoas devem saber fazer e que ferramentas devem ser utilizadas.

Ainda de acordo com Dudziak (2011, p.175),

Apesar da aparente transgressão e atualidade desta proposta, de fato não se observa uma busca pela transformação dos aprendizes, antes sua adequação a um mundo cada vez mais incerto e volátil, onde os vínculos são cada vez mais precários

e torna-se absolutamente necessário buscar a autonomia como forma de sobrevivência.

Indo ao encontro dessa afirmação, Machado (2007) esclarece que com a globalização e as consequentes alterações no mundo do trabalho, uma mão de obra com maior capacidade de mobilidade entre as diferentes atividades exigidas pela produção e comercialização de bens passou a ser requerida. Como resultado, mudanças nos parâmetros de seleção e avaliação da mão-de-obra passam a ocorrer. No lugar de profissionais especializados nas funções de um posto de trabalho, a exigência agora é por profissionais com competência para resolver problemas em diferentes situações. “As novas formas de organização do trabalho passam, portanto, a requerer competências comportamentais e técnicas articuladas com respostas de adesão ao projeto da empresa, participação e implicação subjetiva dos trabalhadores” (DUGUÉ, 1994 *apud* MACHADO, 2007). Para a inserção nesse novo cenário são exigidas dos trabalhadores “[...] capacidades pessoais de identificar, entender e antecipar problemas em situação concreta, real e imprevista” (MACHADO, 2007). Ainda de acordo com Machado (2007, p.5, grifo nosso) “Demandas de capacidade de iniciativa, de decisão adequada no momento oportuno e de desenvolvimento de estratégias e **contínuo aperfeiçoamento** engrossam os apelos aos trabalhadores para essa mudança de ordem subjetiva”. Observa-se, portanto, a idéia de competência como uma capacidade para resolver um problema em uma situação dada, sendo o tempo e a qualidade da resolução itens indicadores do grau de competência. Outro aspecto a ser observado refere-se à imposição ao trabalhador do ônus de estar apto ou não para o posto de trabalho, como indica o trecho abaixo:

Estes [os trabalhadores] se viram e se vêem questionados a desenvolver novos aprendizados, a começar com o aprender a aprender. Além disso, devem aprender outras capacidades fundamentais: acostumar a contar consigo próprios, desenvolver uma identidade autônoma, [...], adaptar-se às situações de trabalho em contínua transformação [...]. Em síntese, aprender a ser capaz de competir com sucesso e de contribuir para o êxito das organizações de que participam. Tais apelos estão na base do que atualmente se entende por atributos e requerimentos de competência (MACHADO, 2007, p.5).

A educação para a competência informacional, segundo esse paradigma, está voltada à autonomia informacional dos indivíduos e pode ser traduzida na mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes voltadas ao aprender a aprender. No entanto, Dudziak esclarece que:

Apesar do avanço em relação aos modelos anteriores, a pedagogia da mediação informacional é ainda essencialmente acrítica. Além disso, a informação é incorporada como algo externo ao aprendiz. Nesse sentido, o aprendizado define-se como processo de aquisição de informações, memorização e reflexão voltada a uma ação futura (DUDZIAK, 2011, p.177).

2.1.3 Nível complexo da competência informacional

Pensar o nível complexo da competência informacional envolve questões para além da aprendizagem e objetiva o desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, com base na participação social amparada na análise crítica da realidade. Diz respeito, portanto, ao

[...] processo de aprendizado da competência em informação que considera além das habilidades, conhecimentos, atitudes, a questão essencial da comunicação enquanto atuação crítica voltada aos princípios da equidade e justiça social (WHITWORTH, 2006 *apud* DUDZIAK, 2011, p.178).

Capacidade de estabelecer relações (internas e externas), aprender por meio do diálogo, da ação comunicativa formam a base da competência informacional que visa à emancipação (DUDZIAK, 2011). Busca-se, portanto, o estabelecimento contínuo de conexões, relações e contexto, portanto, de redes.

De acordo com Aguiar (2007, p.2), os diversos padrões de formação de redes de indivíduos e grupos sociais começaram a ser estudados a partir da década de 1940, sobretudo por sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais dos EUA, Inglaterra e Alemanha. No Brasil, as redes sociais passaram a despertar interesse acadêmico nos anos 1990, na “[...] esteira das pesquisas sobre as novas formas associativas e organizativas que emergiram dos processos de resistência à ditadura militar, de redemocratização do país, de globalização da economia e de proposição do desenvolvimento sustentável”.

Aguiar (2007, p.2) propõe ainda a seguinte definição para o termo redes sociais:

Redes sociais são, antes de tudo, relações entre pessoas, estejam elas interagindo em causa própria, em defesa de outrem ou em nome de uma organização, mediadas ou não por sistemas informatizados; são métodos de interação que sempre visam algum tipo de mudança concreta na vida das pessoas, no coletivo e/ou nas organizações participantes.

Assim, torna-se evidente a importância de todos os setores da sociedade estarem envolvidos em articular ações que priorizem o desenvolvimento de um processo educativo, no sentido de transformar os indivíduos de consumidores de informação para produtores e disseminadores do conhecimento, por meio do uso intensivo das TICs (MARTINS; LUCAS, 2009). A internet, por exemplo, encurta distâncias e facilita enormemente os processos de comunicação em todas as direções, favorece o intercâmbio de informações e o compartilhamento de experiências, além de criar espaços virtuais propícios ao debate de ideias, à construção de conhecimento conjunto e à atuação coletiva. No entanto, Adullis ([200-?]) chama a atenção para o fato de que, mesmo com o auxílio da internet e das demais tecnologias, os desafios para o bom funcionamento de uma rede dependem dos seus integrantes: cabe às pessoas e organizações definirem objetivos claros, missão, compromissos e as atividades que desejam desenvolver no âmbito da rede que integram para a articulação de grupos e a realização dos trabalhos cooperativamente.

Toda rede possui uma temática que serve de motivação e aglutinação de seus participantes, e que se desdobra em subtemas gerados por interesses específicos que vão surgindo ao longo do seu desenvolvimento. [...] Os graus de participação dependem: do interesse dos integrantes na temática da rede e nos conteúdos nela veiculados; do fluxo de mensagens que estimulem a participação; das ações comunicativas que propiciam a interação dos nós; das barreiras e facilidades dos participantes para lidar com os meios e recursos de interação (competências técnicas e lingüísticas, referenciais de mundo compartilhados, etc.) (AGUIAR, 2007, p.8-9).

Para Amândio (2007), as tecnologias, como as telecomunicações e a internet, contribuem para a dinamização de redes sociais com base em canais que facilitam a melhor aproximação dos recursos informativos entre os indivíduos. Como exemplo desses canais, pode-se citar o chat, o e-mail ou as ferramentas de edição colaborativa, de partilha e comunicação *online*, como o *Blogging*, *Wikis*, *MySpace*, *Podcasts*, etc. No entanto, Amândio (2007) considera que essas ferramentas exigem novos conhecimentos e habilidades inerentes ao ambiente digital.

2.2 COMPETENCIA INFORMACIONAL EM AMBIENTES DIGITAIS

Conforme explicitado anteriormente, para Dudziak (2011) o nível complexo da competência informacional objetiva o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, com base na participação social, na capacidade de estabelecer relações, de aprender por meio do diálogo, portanto, da ação comunicativa.

Conclui-se, portanto, que o conceito da competência informacional foi construído de forma evolutiva, ou seja, a cada novo estudo novas características são incluídas na sua definição. Assim, privilegia-se neste estudo o nível complexo da competência informacional proposto por Dudziak (2003; 2007), por entender-se que o aprendizado é construído de forma coletiva, por meio, inclusive, das relações sociais (foco da concepção do aprendizado), relações estas, potenciadas pelo uso da internet. Portanto, busca-se compreender as relações propiciadas a partir do uso da internet, pois a interação social é à base de toda a vida social: sem ela, os grupos não seriam mais do que simples aglomerados de indivíduos que permaneceriam lado a lado como estranhos. Sendo assim, o argumento utilizado é de que a internet aumenta a possibilidade de interação, de conexão entre pessoas e, mesmo que os laços sejam fracos e pontuais (redes) não são desprezíveis, uma vez que independentemente da proximidade espacial, constituem meios de comunicação (CASTELLS, 2003). Ainda de acordo com Castells (2003, p.106),

Talvez o passo analítico necessário para se compreender as novas formas de interação social na era da internet seja tomar

por base uma redefinição de comunidade, dando menos ênfase a seu comportamento cultural, dando mais ênfase a seu papel de apoio a indivíduos e familiares, e desvinculando sua existência social de um tipo único de suporte material. [...] a questão decisiva aqui é o deslocamento da comunidade para a rede como a forma central de organização e interação.

Castells (2003) chega a essa conclusão após discutir os padrões de interação social propiciados pela internet, entendida como um meio de comunicação. Para a interação em rede, os indivíduos têm que ser capazes de comunicar-se nas e pelas novas linguagens, reconhecendo as práticas sociais e os gêneros textuais envolvidos nas interfaces multimidiáticas. Nesse sentido, alguns esforços têm sido empregados para descrever e conceituar as habilidades, letramentos ou competências que os indivíduos empregam ao utilizarem a internet como meio de informação e comunicação. Não há, contudo, consenso quanto à terminologia empregada.

Sobre esse aspecto, o termo letramento no Brasil remete ao universo da educação formal, onde se atrela especialmente ao processo de alfabetização, ou seja, ao ensino e aprendizado das letras e à prática da leitura e da escrita (JUNQUEIRA; PASSARELLI, 2011). Nesse sentido, não incorpora adequadamente a codificação dos novos sentidos sociais correlacionados às práticas de interação dos sujeitos na internet e à aquisição das habilidades de uso de suas ferramentas de acesso, leitura, interpretação, pesquisa e navegação. Ainda de acordo com Junqueira e Passarelli (2011, p.65) “Esse entendimento do processo de interação entre sujeitos, artefatos e ferramentas na rede como um *continuum* na construção do aprendizado leva, também, à superação do termo habilidade como tradução adequada e suficiente para *literacy*”. Nesse sentido, empregou-se neste estudo o termo competência, seguindo uma tendência das pesquisas em Ciência da Informação no Brasil (DUDZIAK, 2011; BELLUZZO, 2006; VITORINO; PIANTOLA, 2009).

Portanto, conforme explicitado anteriormente entende-se, neste trabalho, que a competência informacional é o elemento central de uma gama

de competências emergentes, tais como competência cultural, visual e tecnológica, dentre outras, inclusive a digital (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

O termo competência digital tem sido utilizado por uma série de autores da década de 1990, sobretudo nos Estados Unidos, para se referir à capacidade de ler e compreender hipertextos⁴ e multimídias. De acordo com Bawden (2002), o conceito de competência digital tornou-se muito popular, com ênfase na recuperação e gestão da informação, graças a Paul Gilster, com a publicação de seu livro⁵ em 1997. Gilster (1997 *apud* Bawden, 2002, p.395), de maneira geral, define a competência digital como "[...] a capacidade de compreender e utilizar fontes de informação quando esta se apresenta através do computador". E acrescenta que, a "[...] competência digital tem a ver com o domínio das ideias e não das teclas", diferenciando implicitamente este conceito de outras concepções mais restritas, como por exemplo, competência em TICs (Bawden, 2002). Isso porque o conceito de competência digital implica em não somente adquirir a capacidade de encontrar as informações em rede, mas também implica em adquirir a habilidade de usar essas informações na vida cotidiana. É importante esclarecer que o conceito de *digital literacy* proposto por Gilster (1997 *apud* Bawden, 2002, p.395) leva em consideração outras fontes de informação para além da internet: "[...] a internet deve ser considerada uma entre muitas possibilidades de acesso à informação em uma sociedade tecnológica". Portanto, a competência digital envolve o conhecimento sobre como dar apoio às formas tradicionais de acesso à informação. O autor esclarece ainda que outro aspecto fundamental nesse conceito envolve a natureza dual da internet, permitindo aos usuários comunicar, divulgar e publicar, assim como acessar à informação.

O que se observa nesse conceito, portanto, é uma "ampliação" da noção de informação, muitas vezes aproximando-a de comunicação. De acordo com Gilster (2006), sobretudo na área de informação, normalmente faz-se uma distinção entre "conteúdo" – material profissionalmente publicado, tais como livros – e "comunicações" – materiais trocados informalmente através de

⁴ Hipertexto é o termo que remete a um texto em formato digital, ao qual se agregam outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas denominadas hiperlinks, ou simplesmente links. Esses links ocorrem na forma de termos destacados no corpo de texto principal, ícones gráficos ou imagens e têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso sob demanda as informações que estendem ou complementam o texto principal (www.wikipédia.com.br).

⁵ GILSTER, Paul. Literacy digital. [S.l.: s.n.], 1997.

cartas, telefone ou mensagens instantâneas. No entanto, as tecnologias que conduzem a internet estão criando uma grande quantidade de novos dados. E isso significa entender como muitas formas de comunicação tornaram-se agora arquiváveis e pesquisáveis.

Gilster (1997 *apud* Bawden, 2002, p.396) esclarece ainda que a aquisição da competência digital envolve o domínio de um conjunto de competências essenciais, incluindo:

- a) capacidade de avaliar a informação obtida na internet, que é igual à arte do pensamento crítico, ou seja, "[...] fazer avaliações equilibradas para distinguir entre o conteúdo e a apresentação";
- b) habilidades de leitura e compreensão em um ambiente de hipertexto dinâmico e não-sequencial;
- c) habilidades de construção de conhecimento a partir de um conjunto de informações confiáveis advindas de várias fontes, com a capacidade de reconhecer e distinguir o fato da opinião;
- d) habilidades de busca, baseadas essencialmente em motores de busca da internet;
- e) gestão do fluxo de multimídia, usando filtros e agentes;
- f) criação de uma estratégia de informação pessoal, com seleção de fonte e mecanismos de distribuição;
- g) conscientização em relação à existência de outras pessoas e a disponibilidade, facilitada pela internet, para entrar em contato com essas pessoas e debater temas ou pedir ajuda;
- h) capacidade de compreender um problema e seguir um conjunto de passos para resolver a necessidade de informação;
- i) utilização de ferramentas de sistema para apoiar as formas tradicionais de conteúdo;
- j) cuidado ao julgar a validade e integridade do material acessível, através de links de hipertexto.

A competência para ambiente digital surge, portanto, para satisfazer as necessidades de um ambiente informacional mais complexo, com novas

tecnologias, e uma maior variedade de meios de comunicação. De acordo com Régis (2008) a aquisição de competência para ambientes digitais envolve o domínio de um conjunto de competências-chave.

Segundo essa autora, essas categorias de análise das competências são “o ponto de partida” para o estudo das competências que estariam sendo requeridas e estimuladas nas práticas comunicativas de usuários de produtos de entretenimento na contemporaneidade:

- a) cibertextualidade: compreende o conjunto de características das tecnologias de informação e comunicação que ao possibilitar acesso simultâneo a texto, imagem, som e vídeo, por exemplo, afeta a produção de texto, sua leitura e a participação do leitor;
- b) logicidade: refere-se às habilidades tradicionalmente ligadas à lógica para tomada de decisão e resoluções de problemas;
- c) criatividade: habilidade que estimula a participação dos usuários em redes colaborativas. Para a autora essa categoria “envolve a construção social do conhecimento” (RÉGIS, 2008, p.35);
- d) sensorialidade: essa categoria examina como os *gadgets* oferecem tecnologias que despertam diversos sentidos. São comumente chamados de *gadgets* dispositivos eletrônicos portáteis como PDAs, celulares, *smartphones*, tocadores mp3, entre outros. Para Régis (2008) esses dispositivos interferem na capacidade seletiva para localizar a informação desejada;
- e) sociabilidade: modo como as tecnologias digitais favorecem a produção de conteúdos.

Nesta mesma linha, Aviram e Eshet-Alkai (2006) consideram que os esforços para descrever e conceituar as competências para ambientes digitais são muitas vezes limitados à busca de informações e, portanto não fornecem cobertura completa no âmbito da competência digital. Professor do departamento de Educação e Psicologia da *Open University* e do Centro de Pesquisa de Integração da Tecnologia e Educação de Isral, Eshet-Alkai desenvolve pesquisas sobre psicologia cognitiva e tecnologias de informação e

comunicação em ambientes digitais, com finalidades educativas e é o responsável pela criação de uma estrutura denominada “Modelo de Literacia Digital de Eshet-Alkalai”, baseado em sua experiência profissional em planejar ambientes de ensino e aprendizagem para empresas e para academias nos Estados Unidos e Israel. O modelo inclui as habilidades emocionais, sociológicas, motoras e cognitivas necessárias para comunicação em ambientes digitais. Sua ideia principal é proporcionar uma estrutura que pode ser utilizada como medida de qualidade do trabalho do estudante no ambiente digital, bem como fornecer ferramentas para os professores e desenvolvedores programarem ambientes digitais adequados à educação (ESHET-ALKALAI, 2004 *apud* CAPOBIANCO, 2010, p.88). O autor classifica as competências em cinco grupos que cobrem as principais habilidades cognitivas e não cognitivas necessárias para se desenvolver em ambiente digital:

- a) competência foto-visual: essa competência ajuda os usuários a "ler" e compreender mensagens e instruções que são exibidas em interfaces gráficas. Um exemplo desta competência pode ser observado nos jogos de computador, em que todas as instruções são fornecidas por meio de representação gráfica por símbolos e ícones.
- b) competência de reprodução: a reprodução digital é definida como a capacidade de criar novos significados e novas interpretações através de uma combinação pré-existente, sob qualquer forma de mídia - texto, gráfico, ou de som.
- c) competência em informação: essa competência objetiva formar aprendizes ao longo da vida, pessoas capazes de reconhecer uma necessidade de informação, localizá-la, avaliá-la e usá-la eficazmente para tomada de decisões.

Faz-se importante abrir um parêntese para esclarecer que, de acordo com Capobianco (2010 *apud* ESHET-ALKALAI, 2004), o significado de competência em informação está baseado na capacidade de identificar

informações falsas, parciais e desnecessárias e evitar que sejam apreendidas pela cognição da pessoa.

d) competência ramificada: capacidade de se manter orientado para evitar se perder no ciberespaço enquanto navega através de complexos domínios do conhecimento. Essa competência é também entendida como a capacidade de criar modelos mentais, mapas conceituais e outras formas de representação abstrata, que ajudam a superar os problemas de desorientação em ambientes digitais.

e) competência sócio-emocional: capacidade não só para compartilhar conhecimento formal, mas também para partilhar emoções, através da comunicação digital.

A competência sócio-emocional inclui a capacidade de compartilhar conhecimento formal e emoções em ambientes digitais, bem como prevenir-se das armadilhas disseminadas na Internet como fraudes, vírus, entre outros (AVIRAM E ESHET-ALKALAI, 2006). A competência sócio-emocional, de acordo com Capobianco (2010), recebeu destaque com a expansão da internet, que propiciou novas formas de comunicação, abriu outras oportunidades de aprendizado, inclusive por meio de recursos comunitários como os grupos de discussão, comunidades, salas de bate-papo e ambientes digitais de aprendizagem. Ainda de acordo com essa autora, a competência sócio-emocional envolve o compartilhamento de experiência e ideias em situações comunicativas nas quais pode ocorrer a expressão de pensamentos e emoções.

Nas definições apresentadas acima se observa uma aproximação entre o conceito de competência digital e o de competência informacional com ênfase no nível complexo. Nesse sentido, Martin (2006) considera que há uma convergência entre novas competências e outras que ganharam renovada relevância com a emergência de ambientes digitais. É nesse sentido, portanto, que se adotou neste trabalho o conceito de competência informacional, uma vez que o que se observou foi a emergência de novos e ampliados enfoques de conceituação e leitura da competência informacional, nos quais o indivíduo

[...] torna-se apto à percepção crítica da informação, desvelando o seu caráter de não neutralidade, ao mesmo

tempo que compreende o contexto de produção, disseminação e uso dessas mesmas informações. Nesse sentido, esses novos conceitos sinalizam para o engajamento dos indivíduos com suas comunidades, seus contextos, valores, demandas e interações políticas e sociais (JUNQUEIRA, PASSARELLI, 2011, p.).

Nesse contexto, a aquisição e, mais do que isso, o desenvolvimento permanente da competência informacional, reveste-se de uma perspectiva emancipadora e libertadora, à medida que os agentes podem tornar-se sujeitos ativos de sua educação, aquisição de conhecimentos e atuação social.

Outros autores contemporâneos também têm defendido que o conceito de literacia aplicado ao campo informacional não deve ser definido com base em habilidades e, ainda menos, em um conjunto de habilidades descontextualizadas, aleatoriamente adquiridas e acumuladas pelos indivíduos. Pelo contrário, deve ser pensado enquanto processo holístico, experimentado pelo sujeito, nas suas interações com a tecnologia, de maneira autoconsciente e que é mediado simultaneamente pelas relações sociais, físicas e textuais do indivíduo com a informação. A este indivíduo em permanente aprendizado informacional ao longo de toda a sua existência se associam ainda aspectos éticos e de responsabilidade social na obtenção, apropriação, uso, transformação, armazenamento e disseminação da informação (JUNQUEIRA; PASSARELLI, 2011, p.66).

Portanto, este estudo adota o termo competência informacional para tratar das competências em ambientes digitais. E apóia-se no trabalho de Dudziak (2007) por entender que as relações, foco do nível complexo (aprendizado) da competência informacional, como observado na Figura 1: Diferentes concepções da competência informacional apresentada em 2.1 Visão geral, se dão de diferentes maneiras, inclusive pela internet. Conforme descrito na Introdução, supõe-se que por trabalharem em rede, a Abong promove e demanda de suas associadas um nível de interação, ou seja, o nível complexo da competência informacional se configuraria por meio das relações entre as associadas e a Abong e entre as associadas e os demais parceiros.

3 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Em 2005, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Abong e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) realizou pesquisa com o objetivo de mapear o universo das organizações da sociedade civil no Brasil. As organizações pesquisadas atenderam, simultaneamente, aos critérios de entidades privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias. Para identificação dessas organizações, foi desenvolvida uma proposta de classificação, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE referentes a 2002⁶.

Os dados da pesquisa apontaram uma imensa pluralidade e heterogeneidade de organizações sem fins lucrativos: igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, de desenvolvimento e defesa de direitos entre outras. Os resultados apontaram ainda, que existem no Brasil 338 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL (IBGE, 2008).

Ainda de acordo com dados dessa pesquisa, a distribuição das FASFIL no território nacional tende a acompanhar a distribuição da população. Assim é que na Região Sudeste se concentra 42,4% das FASFIL e 42,6% dos brasileiros. A Região Nordeste aparece em segundo com 23,7% das instituições, o que representa uma proporção pouco menor do que a da população (27,7%). Na Bahia encontra-se 6,9% (23.203) das instituições localizadas na Região Nordeste.

Do total de entidades criadas no Brasil a partir dos anos 1990, 41,5% são voltadas para a promoção do desenvolvimento e defesas de direitos e interesses dos cidadãos. As instituições mais antigas, criadas até 1980, correspondem a apenas 13,1% do total das FASFIL. De acordo com a pesquisa, esses dados podem indicar, por um lado, uma menor organização da sociedade civil e, por outro, uma dificuldade de manutenção das organizações sem fins lucrativos ao longo dos anos.

⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm>

As organizações voltadas ao desenvolvimento e defesa de direitos, a promoção do meio ambiente e o desenvolvimento rural, perspectivas de atuação em que as ONGs se enquadram de acordo com a Abong (2008), perfazem um pequeno grupo de organizações dentro do universo associativo brasileiro. Contudo, esse grupo teve um grande crescimento na última década, tendo triplicado seu número, entre 1996 e 2002, ao passar de pouco mais de 2.800 organizações para aproximadamente 8.600 em seis anos. Com relação ao universo de suas associadas, a Abong (2010) reúne aproximadamente 300 instituições. Em pesquisa realizada com amostragem de 189 associadas (ABONG, 2010), os dados apontaram ainda que a maioria dessas organizações foi fundada entre as décadas de 1980, 1990 e 2000.

De acordo com Vergara e Ferreira (2005), o regime político autoritário que se estabeleceu no Brasil após o golpe militar de 1964 contribuiu, ainda que não propositalmente, para a busca de alternativas pela sociedade civil. Fomentou-se, portanto, nesse período uma busca por ações organizadas, como as associações de moradores. Essas associações, por sua vez, foram importantes na formação de uma cultura favorável ao surgimento das ONGs na década de 1980. Ou seja, diante das restrições impostas aos partidos e sindicatos pelo regime político, a militância de oposição percebia nas ONGs uma forma de canalizar seu trabalho de resistência democrática.

Indo ao encontro desta perspectiva, Gouveia e Daniliauskas (2003) concluem que durante as décadas de 1970 e 1980 foram criadas no Brasil diversas instituições privadas e sem fins lucrativos, em grande maioria ligada a Igreja Católica e suas pastorais sociais. Essas instituições surgem no intuito de assessorar e apoiar os movimentos sociais existentes à época, tendo como objetivo a defesa de direitos e a promoção do desenvolvimento sustentável, em uma perspectiva de redução das desigualdades (ABONG, 2005).

As instituições de defesa de direitos, criadas nas décadas de 1970 e 1980, de acordo com a Abong (2005, p.13), desenvolviam trabalhos na base da sociedade visando à democratização e a ampliação de direitos no País, em oposição “[...] a um Estado militar autoritário e violador de direitos”. Portanto, estas instituições surgem como negação, contraposição ou atuando em paralelo àquilo que se entendia como papel do Estado.

Soczek (2002) citando Landim (1993) informa que, no Brasil sempre existiram apelos por justiça social, grupos de ajuda e outras atividades caritativas assistencialistas, que remontam às Santas Casas de Misericórdia existente desde o século XV. No entanto, deve-se resaltar que a novidade nas organizações que surgiram entre as décadas de 1970 e 1980 reside na forma de responder a estas carências, justamente por serem contrárias ao mero assistencialismo, característica principal das instituições de benevolência.

A postura dessas organizações com relação ao Estado transformase, paulatinamente, nos anos 1990. Pois no final da década de 1980 e início da década de 1990, essas instituições deram início a um processo de reflexão sobre o papel que desempenhavam na sociedade, iniciando um processo de articulação, após um longo período de relativo isolamento, reflexo do contexto político ditatorial em que grande parte delas se constituiu.

Houve, portanto, nesse período um processo de alargamento da democracia, que de acordo com Dagnino (2004) se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas. O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. A Constituição de 1988,

[...] dentre outras inovações, estabeleceu um novo papel político às associações e demais organizações da sociedade civil na democracia brasileira, com base em uma concepção democrática participativa, destacando o seu papel protagonista no exercício do controle social e na influência sobre as políticas públicas em todos os níveis da Federação. Até então, a relação dos governos com as associações civis no Brasil era pautada pela filantropia, ou seja, pela prestação de serviços públicos por organizações sem fins lucrativos, especialmente na área da Educação, da Saúde e da Assistência Social (ABONG, 2005, p.13).

Tem-se, então, nesse período um alargamento nas possibilidades de ação conjunta entre a sociedade civil e o Estado: “[...] o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático”

(DAGNINO, 2004, p.96). Nesse sentido, foram criados nesse período diversos espaços com o objetivo de promover a ação conjunta da sociedade civil e do Estado, entre eles, Dagnino (2004) destaca os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos.

É importante que se diga que, foi a partir desse período então se passou a utilizar a denominação Organizações não Governamentais (ONGs) para referir-se a essas instituições, numa alusão à expressão utilizada pelas Nações Unidas⁷. Para Soczek (2002, p.29) “Concomitantemente à difusão da sigla ONG, chega a ser paradoxal que a discussão sobre estas organizações esbarre na inexistência de uma delimitação conceitual apropriada do termo”.

O autor esclarece ainda que a ausência de delimitação do termo deve-se, talvez, “[...] ao dinamismo e à pluralidade das ações por elas [ONGs] desenvolvidas, materializada em sua extrema heterogeneidade no formato, na constância/ flexibilidade institucional e nos objetivos a serem alcançados diante das demandas de contextos específicos”. Nesse sentido, adotou-se para este trabalho o conceito de ONG apresentado pela Abong. De acordo com a Abong (2005) uma ONG é, portanto, uma organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos.

Por outro lado, a mudança institucional trazida pela Constituição de 1988, no sentido de uma construção de uma democracia participativa no Brasil,

“[...] não foi seguida de mudanças nos instrumentos regulatórios de instituições da sociedade civil de promoção e defesa dos direitos, nem de políticas públicas que fortalecessem a organização autônoma de cidadãos e grupos populares para o exercício dessa atribuição constitucional” (ABONG, 2005, p.14).

Esse aspecto apontado pela Abong (2005) justifica-se talvez, pelo processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, a partir da eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 (Dagnino, 2004).

⁷ Em âmbito mundial, a expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês ‘*Non-Governmental Organizations (NGOs)*’ para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais (ABONG, 2011).

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso, a relação das ONGs brasileiras com o Estado modificou-se sensivelmente. De acordo com Vergara e Ferreira (2005) essas organizações foram chamadas pelo governo a assumir sua responsabilidade social atuando como parceiras das ações governamentais.

É nesse sentido que em novembro de 1995, o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, elaborado pela Presidência da República, versou a respeito da execução de atividades para atingir os "objetivos sociais de maior justiça ou igualdade" e os "objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento". A opção escolhida foi a de substituir a execução direta dessas atividades pelo Estado por meio da transferência para entidades de direito privado.

Assim, em 1997, o Governo Federal, representado pelo Conselho da Comunidade Solidária, órgão ligado à Presidência da República, realizou "Rodada de Interlocução Política" cujo tema era o Marco Legal do Terceiro Setor. O objetivo principal era criar uma regulamentação que permitisse às associações e fundações sem fins lucrativos assumirem maiores responsabilidades na execução de políticas públicas.

Em 1999, foi promulgada a Lei n.º 9.790. Esta lei instituiu uma nova classificação às organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e foi denominada de Lei das Oscips. Porém, de acordo com a Abong (2005), esta legislação criou uma relação privilegiada das organizações assim classificadas com o Estado, baseada no repasse de recursos públicos para quem executasse políticas públicas.

Esta lei criou um novo sistema classificatório, que diferencia associações e fundações de interesse público daquelas de benefício mútuo [...] e de caráter comercial. Uma das novidades é que o processo para a concessão dessa qualificação baseia-se em critérios objetivos, por meio da identificação de áreas de atuação social [...] (ABONG, 2005, p. 18).

A Abong considera ainda que, a classificação realizada pela Lei n.º 9.790 de 23 de março de 1999 foi um avanço na identificação da pluralidade de iniciativas sociais de interesse público. No entanto, a relação privilegiada com o

Estado baseava-se no repasse de recursos públicos (Termo de Parceria) para que essas executassem políticas públicas. Ou seja, “[...] a lei reforçou uma concepção de sociedade civil organizada instrumentalmente para fins do Estado, na execução de políticas públicas” (ABONG, 2005, p.18).

A Abong participa e promove discussões sobre o Marco Legal das ONGs. Um dos objetivos centrais na discussão sobre o Marco Legal das ONGs é o debate sobre a relação dessas organizações com as instituições públicas e privadas (Abong, 2005).

Entre os princípios norteadores da discussão sobre o marco legal, a Abong defende a criação de uma norma que reconheça a importância das ONGs no processo democrático. Defende ainda a autonomia das ONGs, uma vez que o entendimento é de que as ONGs não podem ficar subordinadas, em sua atuação, aos limites de exigência de complementaridade em relação a políticas governamentais (ABONG, 2005).

Para Soczek (2002) as ONGs representam uma possibilidade para o fortalecimento da sociedade civil na medida em que fizerem o salto qualitativo do não-governamental às parcerias, recebendo inclusive, incentivos econômicos do Estado. Soczek (2002) esclarece ainda que essas parcerias de forma alguma deveriam significar qualquer tipo de subserviência ou a ausência de críticas ao Estado, ainda que a necessidade de financiamento e questões de ordem ideológica nem sempre viabilizem, e em muitas vezes, comprometam, uma salutar autonomia.

3.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

Para identificar o perfil das organizações pesquisadas, coletaram-se informações sobre: a missão da organização, seus objetivos, ano de fundação e seu quadro de funcionários. As informações foram coletadas nos sítios eletrônicos das organizações, bem como nos *folders* e encartes disponibilizados pelas organizações no momento da pesquisa.

3.1.1 Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento

O Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento, CEADe, fundado em 1984 é certificado pelo Ministério de Justiça como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP⁸), cadastrado no Ministério do Trabalho e Emprego e reconhecido como sendo de interesse público nas esferas municipal e estadual e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O CEADe é parceiro, ainda, da Fundação Ecumênica de Crédito às Igrejas (ECLOF), com sede em Genebra, na Suíça. Desde sua fundação, o CEADe trabalha com crédito⁹, sendo que a partir de 1998 passou à trabalhar com o microcrédito, concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores geralmente informais, que não possuem acesso ao sistema financeiro tradicional: “A gente mobiliza recursos técnicos, financeiros e humanos para a melhoria da qualidade de vida de empreendedores de baixa renda através do microcrédito” (entrevistado). Portanto, o objetivo do CEADe é contribuir com a inclusão social do seu público alvo, por meio do crédito e microcrédito orientado. O crédito e o microcrédito concedido pelo CEADe destina-se a:

- a) investimentos fixos (aquisição de terreno ou imóveis, construção civil ou reforma, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores, veículos utilitários, e despesas pré-operacionais);
- b) capital de giro; e
- c) saneamento financeiro.

De acordo com informações prestadas pelo CEADe ao Ministério da Justiça, por meio do Relatório de Prestação de Contas, o público alvo do crédito associativo está distribuído em todo o Brasil, enquanto que o público alvo do microcrédito localiza-se em Salvador e na Região Metropolitana de

⁸ Regido pela Lei n. 9.790 de 23 de março de 1999 que dispõe sobre “[...] a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público [...]”.

⁹ De acordo com a Wikipédia (www.wikipédia.com.br), crédito é a confiança de atributos positivos (dinheiro, valor moral, conhecimentos humanos, etc..) de uma pessoa (por outra pessoa ou grupo de pessoas). Crédito demonstra a confiabilidade que uma pessoa tem por outra, em um determinado assunto. Em finanças, crédito é a capacidade prevista que uma pessoa tem de retornar um investimento (empréstimo e/ou financiamento) sobre ele.

Salvador (RMS), compreendendo os municípios de Camaçari, Simões Filho e Candeias¹⁰. Para atingir tal objetivo, o CEADe conta com uma equipe de 30 pessoas, distribuídas entre os setores administrativo e operacional.

3.1.2 Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais

A Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1982 e reconhecida como sendo de utilidade pública estadual pela Lei n. 7.289 de 22 de janeiro de 1998. A AATR inicialmente foi criada com um caráter de entidade de classe, voltando-se para a defesa dos interesses dos seus associados e realização de denúncias junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), às autoridades e à opinião pública.

Mas, em pouco tempo, passamos a entender que o apoio aos advogados implicava também no apoio à luta dos trabalhadores, concretizado na presença constante em suas mobilizações, prestando assistência jurídica em regiões de conflito e realizando cursos para esclarecimentos sobre a legislação e os encaminhamentos necessários para fazê-la valer (www.aatr.org.br).

Atualmente, a AATR objetiva prestar assessoria jurídica às organizações e movimentos sociais no Estado da Bahia, sobretudo os movimentos rurais, e contribuir com a formação crítica e socialmente comprometida dos profissionais de Direito.

Nesse sentido, a AATR

[...] visa fortalecer duas dimensões presentes em sua atuação: uma dimensão associativa e outra de assessoria popular. O associativismo é trabalhado, sobretudo, através do Programa de Estágio e da criação de espaços coletivos de reflexão, colaboração e deliberação do corpo associativo, como assembléias, reuniões ampliadas, elaboração de textos, realização de etapas de educação jurídica popular, entre outros (www.aatr.org.br).

¹⁰ Relatório apresentado ao Ministério da Justiça.

Com relação à atuação na dimensão de assessoria popular, a AATR, desde 1992, desenvolve o curso Juristas Leigos, voltado para as lideranças dos movimentos sociais com os quais trabalha. O objetivo é democratizar o conhecimento jurídico. A partir de 1998 deu início ao curso de formação Políticas Públicas e Cidadania¹¹, visando o fortalecimento e fomento de iniciativas populares de intervenção no Poder Público local. De acordo com informações obtidas no *website* da AATR, o exercício da atuação jurídico popular envolve a atuação integrada de quatro linhas de ação:

- a) Educação jurídico popular;
- b) Assessoria jurídico popular;
- c) Articulação e fortalecimento das parcerias; e
- d) Uso político da comunicação.

A AATR possui, hoje, uma equipe de 10 funcionários atuando no escritório em Salvador.

3.1.3 ELO, ligação e organização

O ELO é uma associação civil fundada no ano de 1996, cuja missão é “Fortalecer grupos e processos sociais em torno da afirmação dos direitos civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais por meio de assessoria ao desenvolvimento das organizações” (www.elo.org.br). O Elo apresenta como estratégia central do seu trabalho o fortalecimento de organizações da sociedade civil, como por exemplo as associações comunitárias, os movimentos sociais e as ONGs, entre outros, por meio da busca da sustentabilidade dos seus programas e projetos. Nesse sentido, o ELO atua nas áreas de:

- a) Assessoria em planejamento, monitoramento e avaliação de projetos;

¹¹ O curso de Políticas Públicas trabalha temáticas específicas, voltadas para atores sociais que interagem de forma mais direta com o Estado, com etapas mais específicas para esta realidade (Fiscalização de Contas Públicas, Orçamento, e Conselhos e Participação Popular, por exemplo).

- b) Assessoramento e acompanhamento de execução de projetos com vistas ao desenvolvimento institucional das organizações e da aplicação dos objetivos do projeto;
- c) Avaliação e análise da efetividade do programa/ projeto;
- d) Análise do perfil institucional de organizações e de contextos regionais;
- e) Diagnóstico e elaboração de estratégias de intervenção, de programas e de projetos;
- f) Monitoramento de auditorias externas;
- g) Capacitação de lideranças e gestores.

No momento da pesquisa, as atividades do ELO eram financiadas por duas agências internacionais, – o Brot Für die Welt (BFDW)/ (Pão para o mundo) e o Evangelische Entwicklungsdienst (EED) – e a Petrobrás (Unidade de operação, de exploração e produção da Bahia). Conta com uma equipe de aproximadamente 18 pessoas, divididas entre a diretoria, conselho fiscal e equipe técnica.

3.1.4 AVANTE – Avante qualidade, educação e vida

Com o propósito de realizar ações na área de educação, a Avante surgiu em 1991 e em 1996 foi reconhecida como Organização social sem fins lucrativos. Desde então, além da área de educação, a Avante tem elaborado e executado projetos nas áreas de mobilização social e políticas públicas, atuando em parceria com instituições governamentais, organismos internacionais e associações. Tem por missão o “Fomento à participação cidadã, mediante ações educativas e desenvolvimento de tecnologias e processos de intervenção social, visando à garantia de direitos sociais básicos e ao fortalecimento da sociedade civil” (www.avante.org.br).

De acordo com informações obtidas durante a pesquisa empírica, a Avante trabalha em três linhas de ações: formação de educadores, formação para o trabalho e formação para a participação cidadã.

A gente trabalha com processos formativos, [...] formação de educadores, formação para o trabalho e formação para a participação cidadã. [...] O nosso objetivo é a nossa missão, o que a gente quer é uma sociedade mais justa, igualitária, formar pessoas para atuarem melhor e para produzirem as transformações que são necessárias para a sociedade (entrevista).

3.1.5 Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

O Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) caracteriza-se como uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos. Fundada em 1989, o SASOP possui, além da sede em Salvador, outros dois escritórios nos municípios baianos de Camamu e Remanso. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, com base na Agroecologia. Pretende-se, favorecer o protagonismo e a conquista da cidadania por famílias de agricultores e suas organizações.

Seus objetivos institucionais são:

- a) promover a agricultura familiar, a partir de modelo alternativo de desenvolvimento rural;
- b) fortalecer as organizações de agricultores, garantindo sua autonomia e participação na proposição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;
- c) promover o desenvolvimento institucional do SASOP, visando consolidar sua base social e garantir maior legitimidade e credibilidade diante da opinião pública.

Para alcançar esses objetivos, o SASOP trabalha diretamente com famílias de comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária, associações rurais, sindicatos e redes temáticas de discussão. A estratégia de intervenção se operacionaliza através de dois Programas de Desenvolvimento Local – executados a partir dos dois escritórios locais – e do Programa de Desenvolvimento Institucional. O escritório sede do SASOP, situado em

Salvador, tem a função de atuar como suporte político, institucional e administrativo, além de animar o Programa de Desenvolvimento Institucional.

Atualmente, o SASOP possui pouco mais de 20 funcionários, incluindo contratados temporários, distribuídos nas três equipes, que executam as atividades dos programas e do setor administrativo-financeiro. A estrutura do SASOP é composta da seguinte forma: assembléia geral, conselho diretor, conselho fiscal, coordenação executiva (coordenador geral, coordenadores de programa), técnicos, auxiliares e estagiários.

3.1.6 Centro de Estudos e Ação Social

O Centro de Estudos e Ação social (CEAS) é uma entidade jurídica sem fins lucrativos fundada em 1967. Sua missão é contribuir para a superação da miséria e da exclusão social através da atuação em regiões do Nordeste marcadas por situações históricas de pobreza e de dominação. Portanto, seu objetivo é favorecer e incentivar a tomada de iniciativas próprias e autônomas por parte dos grupos populares com os quais trabalha.

As atividades do CEAS incluem o assessoramento direto a grupos urbanos e rurais, a publicação de uma revista – os Cadernos do CEAS – e a manutenção de uma biblioteca especializada em Ciências Humanas, com aproximadamente 25 mil volumes, destinados à capacitação para atuação junto ao meio popular, entre outros.

3.1.7 Coordenadoria Ecumênica de Serviços

Organização sem fins lucrativos, certificada nos âmbitos federal, estadual e municipal como de Utilidade Pública, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) foi fundada em 1973 por um grupo de igrejas¹². A CESE apoia projetos sociais, contando com recursos da cooperação ecumênica internacional, de suas igrejas associadas, de fundações e entidades parceiras

¹² Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.
Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.
Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.
Igreja Católica Apostólica Romana – CNBB.

e do público em geral. Recebem seu apoio movimentos sociais populares, associações e sindicatos, organizações não-governamentais de apoio e assessoria ao movimento popular, entre outros. Os projetos são apoiados em todo o Brasil, com prioridade, no entanto, para as regiões Nordeste e Norte do País.

A intermediação de recursos financeiros para os projetos apoiados se dá por meio de três programas: o Programa Pequeno Projeto (PPP), o Programa Dupla Participação (PDP) e o Programa de Apoio Estratégico (PAE). Considerado o principal programa da CESE, o PPP é direcionado a iniciativas que tenham início, meio e fim e não dependam da continuidade. São denominados, portanto, de projetos pontuais. Atuando desta forma, a CESE evita que laços de dependência sejam criados entre a organização e seus beneficiados. Busca-se, portanto, a autonomia dos beneficiados. O PDP configura-se como um programa voltado para a mobilização e aplicação de recursos. Por meio desse programa a CESE identifica grupos de onde recursos podem ser captados (mobilização de recursos) para beneficiar projetos pontuais de organizações populares (aplicação de recursos). Por fim, o PAE apoia ações sociais articuladas em rede e que visem à intervenção em políticas públicas.

3.1.8 CIPÓ, comunicação interativa

Organização civil sem fins lucrativos, a Cipó, Comunicação Interativa fundada em 1999, possui certificação de utilidade pública nas instâncias federal, estadual e municipal. Possui ainda registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador (CMDCA). Sua missão é “Criar oportunidades para o pleno desenvolvimento e a participação social, cultural e política de crianças, adolescentes e jovens, por meio da democratização da comunicação e da educação” (www.cipo.org.br). Ou seja, o propósito da organização é promover a formação de jovens e adolescentes por meio do uso das tecnologias da informação e da comunicação. O entendimento é de que

[...] a comunicação faz parte dos direitos humanos fundamentais e deve ser garantida pelo Estado em seus quatro pilares: (1) acesso universal aos produtos e veículos de comunicação; (2) produção de conteúdo em diversos suportes midiáticos, permitindo o direito de voz e expressão; (3) difusão das informações e conhecimentos gerados, e (4) reconhecimento como forma de valorização e identificação social e cultural dos grupos e indivíduos produtores de informações e conhecimentos (www.cipo.org.br).

Entre os objetivos delineados pela organização estão:

- a) democratização dos meios de acesso, produção e difusão da comunicação; e
- b) capacitação da comunidade atendida para utilização das tecnologias de comunicação e informação em prol do desenvolvimento da comunidade.

A CIPÓ é orientada por um Comitê Gestor, formado por quatro núcleos estruturantes das ações da instituição. Os quatro Núcleos estão divididos em: Núcleo de disseminação, de Incidência Política, de Formação e o Núcleo de desenvolvimento Institucional.

O Núcleo de Disseminação tem entre suas atribuições, o objetivo de formar o público externo na metodologia da Educação pela Comunicação, produzir e distribuir materiais didáticos educacionais, identificar espaços estratégicos para a difusão de produtos de mídias jovens. O Núcleo de Incidência Política é responsável por ampliar e torna visível a pauta dos direitos humanos, sobretudo das crianças, adolescentes e jovens, com ênfase no direito à Comunicação e à Educação. Para isso, mobiliza, articula e propõe ações, programas e políticas públicas, a partir da atuação em espaços de democracia participativa, como Conselhos de direitos, Redes, Fóruns e Grupos de Trabalho. O Núcleo de Formação é responsável pelos processos formativos baseados na metodologia da educação pela comunicação. As ações são direcionadas para quatro eixos de formação: educadores, comunicadores comunitários, mobilizadores sociais e ou produtores de mídia.

Por fim, o Núcleo de Desenvolvimento Institucional é responsável pela comunicação institucional e mobilização de recursos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os dados apurados, a maioria das ONGs cadastradas na Abong foi fundada nas décadas de 1980 e 1990, sendo o correspondente percentual de 25% e 50% respectivamente. Portanto, das organizações pesquisadas, quatro foram criadas na década de 1990.

De acordo com Junqueira e Passarelli (2011, p.63):

A primeira conexão da Internet no Brasil, então restrita ao ambiente acadêmico, ocorreu em janeiro de 1991, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Com o progressivo desenvolvimento e incorporação do acesso global a diferentes tipos de informação em rede – ocorrida a partir dos Estados Unidos, no final da década de 1990 – a Internet logo passou a ser aberta também ao ambiente comercial. No Brasil, isso veio a ocorrer em 1994.

Portanto, após a entrada comercial da internet no Brasil, foram criadas na Cidade do Salvador três organizações, dentre as cadastradas na Abong. Conforme apresentado no item 1.3.3 Análise e interpretação dos dados, optou-se, neste trabalho, por não identificar as falas das organizações. A partir desde momento elas identificadas pela sigla ONG seguida de uma letra de identificação.

Assim, questionados sobre desde que ano utilizam a internet no desenvolvimento de suas atividades, todas as organizações afirmaram que a utilizam desde a década de 1990, ou seja, três (37,5%) das organizações pesquisadas utilizam a internet desde seu ano de fundação. As outras cinco (62,5%) sentiram necessidade de se adequar as exigências da nova conjuntura social: “[...] por que você não pode viver sem internet” (ONG A).

Esse dado é importante, pois por meio dele se pode aferir os efeitos que a internet exerceu sobre as atividades dessas organizações, bem como o modo como elas se adaptaram ao novo meio de informação e comunicação.

O fator determinante para o uso da internet foi à manutenção do contato. Por que a gente começou trabalhando com agências de cooperação internacional, então precisávamos manter esse contato. Hoje, também temos projetos em parceria com a Petrobrás. Resumidamente, o uso é para manter contato

e trocar informações com as agências financiadoras, com as organizações que a gente acompanha (ONG B).

De fato, o principal motivo para que as organizações passem a utilizar a internet é a percepção de que isso se torna necessário para que ela atinja os objetivos delineados: [...] *nós vamos atingir os objetivos realizando as atividades. Então, até para realização das atividades a gente necessita usar a internet (ONG C).*

Na medida em que a gente tem o objetivo não só de estar atuando juridicamente, mas até de certa forma de estar divulgando violações ao direito das comunidades com quem a gente trabalha, a internet passa a ter um papel fundamental. Porque a gente, [por meio da divulgação dos fatos] busca pressionar os órgãos a tomarem as providências cabíveis. Não é só a internet, mas ela tem um papel fundamental nessas questões [...] e isso para os nossos objetivos, com certeza é uma influência positiva (ONG D).

Pode-se inferir a partir desta fala que as organizações pesquisadas compreendem que o uso da tecnologia, sobretudo da internet, pode impactar o modo de atuação da organização e, por conseguinte, seus objetivos. Por outro lado, duas das cinco organizações que foram fundadas antes da década de 1990 informaram que não houve mudanças na forma como atuavam antes da entrada comercial da internet no Brasil:

A gente atua mais em contatos diretos. A internet é mais um auxílio para que a gente se torne mais conhecido e troque mais experiências. Mas, em nível institucional mudanças significativas a internet não trouxe. Eu digo de dentro para fora, talvez de fora para dentro tenha uma visibilidade maior, até por parte de parceiros e clientes (ONG E).

Essa compreensão pode ser justificada, talvez, pelo público alvo dessas organizações, apontado como organizações populares e os movimentos sociais, trabalhadores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais, crianças e adolescentes: *O foco do nosso cliente é o de baixa renda e [que, normalmente] não tem acesso a computadores, principalmente ligados à rede (ONG E).*

De acordo com Armani ([200-?]) três mudanças principais podem ser observadas no contexto de atuação das ONGs brasileiras. O primeiro deles é o campo do contexto sócio-econômico e político brasileiro, que passou por transformações decisivas a partir da aprovação da nova Constituição em 1988, e da adoção crescente de políticas neoliberais a partir de 1990. O segundo campo de mudanças é o das relações de cooperação internacional. Por fim, um terceiro campo de mudanças tem a ver com o desenvolvimento institucional do próprio campo das ONGs brasileiras que tem desenvolvido instrumentos de articulação, comunicação e representação, o que tem contribuído para maior projeção pública e para a maior definição de sua identidade institucional. No que tange à cooperação internacional, Armani ([200-?], p.1) esclarece que:

[...] [esse campo] tem passado, desde o final dos anos 1980, por uma significativa reconfiguração que combina realinhamento e/ou redução de recursos, intensificação de espaços e mecanismos de diálogo e articulação, com maiores exigências e controles sobre o desempenho das organizações apoiadas.

De acordo com pesquisa apresentada por Gouveia e Daniliauskas (2010), no cenário nacional, em 2003, 22,5% das associadas à Abong possuíam entre 61% e 80% de seus orçamentos advindos da cooperação internacional; e 35,2% tinham de 81% a 100% do orçamento coberto pela cooperação. Esta situação apresenta uma mudança muito significativa em quatro anos, pois, nos orçamentos de 2007 apenas 18,5% das associadas à Abong possuíam de 81% a 100% de recursos orçamentários originários da cooperação internacional. Nas palavras de Gouveia e Daniliauskas (2010, p.42):

Ainda que essa mudança aponte para uma possível diminuição da chamada 'dependência' dos recursos da cooperação, também indica que ela se deu em um prazo muito curto. Isso provavelmente ocorreu sem que houvesse condições para um rearranjo das dinâmicas de gestão institucional, de modo a não comprometer a estabilidade das ações estruturais das organizações associadas.

Ainda de acordo com esses autores, outro aspecto importante a ser analisado é o fato de que essa mudança nos percentuais cobertos pela cooperação internacional se deu sem grandes quedas no volume dos recursos acessados pelas associadas no mesmo período. Disso, pode-se inferir que possivelmente as organizações passaram a captar mais recursos de outras fontes, de modo a, no mínimo, manter-se nos mesmos patamares orçamentários.

De acordo com os dados da pesquisa, a recomposição dos recursos para manutenção do mesmo patamar provavelmente se deu a partir de várias fontes e não por meio de substituições diretas. Destaca-se a tendência dos recursos públicos federais a aumentar sua participação na composição dos orçamentos das associadas. Se, nos orçamentos de 2003, 16,7% das associadas tinham de 41% a 100% de seus orçamentos vindos dos recursos públicos federais, em 2007 esse percentual sobe para 37,4%.

Nesse sentido, as organizações pesquisadas foram inquiridas sobre o uso da internet para interagir com órgãos do governo: todas as organizações afirmaram ter este tipo de interação, em maior ou menor grau, a depender do projeto que mantinham. Com relação ao uso da internet para essa interação, as respostas também foram similares: *Internet nem tanto, às vezes a gente troca uns e-mails. Mas, na maioria das vezes é um contato telefônico (ONG D).*

Pode-se concluir, portanto, que os canais eletrônicos ampliam as possibilidades de comunicação, mas não tem substituído os outros canais mais tradicionais e principalmente o contato/conversa face a face, fundamental para o trabalho desenvolvido pelas ONGs. Um dos motivos citados pelas organizações para essa pouca interação foi à ausência de cultura por parte dos órgãos de governo no uso dessas ferramentas:

Vou te dar um exemplo: precisei fazer um contato com [um órgão], em Brasília. O contato foi no sentido de marcar uma data para um encontro presencial [...]. Ligando para lá, ele já me atendeu conversou comigo [...]. Eu mandei dois e-mails para ele, isso já tem uns dois meses, e até o momento ele não me retornou uma resposta (ONG D).

Outro motivo citado para a pouca interação com os órgãos de governo foram os investimentos da Cooperação Internacional:

O principal motivo dessa pouca interação foi que até cinco anos atrás a gente tinha dinheiro, então não precisa interagir com o governo. Era muito cômodo receber o dinheiro de vários países [que apoiavam a causa da organização] e, no Brasil a gente só se preocupava em executar (ONG B).

As condições de sustentação política e financeira das organizações modificaram-se completamente nos últimos anos. Já não é possível manter sustentável uma organização sem inovar nas estratégias de ação e de mobilização de recursos. As organizações precisam mobilizar recursos e um dos mecanismos utilizados é a internet.

[...] boa parte dos nossos recursos vinham de fora, da cooperação internacional [...]. Com o tempo, [...], a cooperação internacional começa a diminuir [o repasse de] recursos para o Brasil, já que o Brasil começa a crescer economicamente e aí, a gente precisa mobilizar recursos no País para continuar mantendo os projetos que a gente apoia todos os anos. Um dos principais motivos para a gente comunicar, hoje, é para que a gente apareça para a sociedade civil e para que as pessoas que a gente quer atingir, os doadores [...]. Porque o dinheiro de fora está diminuindo, então a gente precisa do dinheiro daqui [...]. Então, um dos principais motivos é a sustentabilidade da organização (ONG B).

Tendo em vista que essas organizações atuam no sentido de mobilizar pessoas e recursos para benefícios sociais e coletivos, a consecução dos objetivos por elas delineados depende das redes existentes entre os indivíduos do grupo e os atores localizados em outros espaços sociais. No entanto, o uso das redes digitais envolve a aplicação de competências diversas como habilidades motoras para usar as ferramentas tecnológicas, a navegação em ambientes virtuais, a competência informacional, a comunicação, a publicação, enfim a aplicação da tecnologia para o desenvolvimento de uma ampla gama de atividades humanas (BORGES, 2011). Buscou-se, pois compreender como as pessoas que utilizam internet nas ONGs desenvolveram competências para lidar com a internet. Os resultados mostram que as pessoas em cargos de direção e/ou coordenação nas organizações tendem a ter uma formação educacional mais avançada, de forma que as competências para usar os recursos eletrônicos vêm dessa formação: *Todos sabem usar a*

internet, até por conta da qualificação do pessoal. Todos os funcionários possuem nível superior (ONG C).

Três organizações (37,5%) citaram que promoveram cursos de qualificação dentro da organização ou enviaram os funcionários para capacitação. Das oito organizações apenas uma, mencionou que os funcionários quando contratados já traziam os conhecimentos e habilidades necessários:

Normalmente, a gente contrata pessoas que tenham um domínio mínimo no uso do computador. Nos currículos a gente solicita que eles tenham essa vivência, por meio de cursos de informática ou não (ONG E).

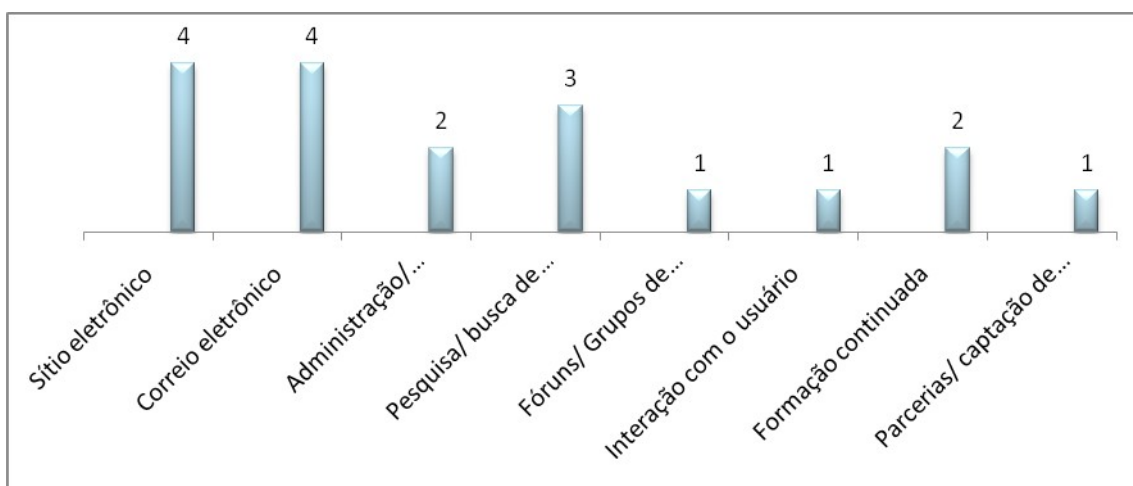
Duas outras (25%) mencionaram ainda que, a capacidade de aprendizagem dos mais jovens:

Ninguém na organização tomou curso [para desenvolver habilidades para lidar com a internet]. Cada um foi pelos seus próprios caminhos, tem umas pessoas que são mais jovens que já são dessa geração [...] (ONG A).

No entanto, é importante ressaltar que todas as organizações pesquisadas citaram também que “*As competências são inerentes às demandas do trabalho*” (ONG D).

4.1 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL PARA AMBIENTE DIGITAL

De acordo com Castells (2003, p.114) a internet está se tornando um meio essencial de organização e comunicação em todas as esferas de atividades humanas: “[...] é óbvio que também os movimentos sociais e os processos políticos a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar”. Com relação às organizações pesquisadas, todas afirmaram utilizar a internet para desenvolver suas atividades. Quanto aos usos que as organizações fazem da internet, o gráfico abaixo é um exercício de síntese a partir das respostas obtidas de maneira espontânea nas entrevistas.

Gráfico 1: Empregos da internet

Fonte: Pesquisa da autora

Observa-se, que o correio e o sítio eletrônicos são os recursos mais utilizados pelas organizações pesquisadas. De acordo com Nascimento e Trompieri Filho (2002), desde seu surgimento, o correio eletrônico recebeu grande importância, por ser o serviço que melhor atinge o objetivo da internet, a comunicação. Essa visão é também compartilhada pelas organizações pesquisadas, uma vez que foi possível apreender por meio das falas dos entrevistados que o uso do correio e do sítio eletrônicos é considerado por elas como importante instrumento de comunicação e divulgação do trabalho:

Primeiro a publicação de informações básicas da instituição. Visão, missão, as formas de trabalho, as áreas de atuação. Utilizamos, também, para contatos de uma forma geral, parcerias. Segundo porque é um meio de interação com os nossos clientes. [...]. Portanto, além de ser um instrumento de divulgação, a internet é também, um instrumento de interação. O nosso site atualmente é um site muito simples, mas nós estamos mudando nosso sistema de informática e a ideia é que a gente vá ter um site mais interativo, onde as pessoas possam fazer simulações, possam montar suas propostas, então ter um item de comunicação mais importante (ONG E).

Ainda com relação aos usos da internet pelas organizações pesquisadas, foi proposta aos entrevistados a seguinte questão: “Além das atividades já mencionadas, para quais das atividades listadas a seguir a organização utiliza a internet”. O resultado será apresentado abaixo:

Tabela 1: Usos da internet pelas organizações

Atividades	N.º de Organizações
Enviar e receber e-mail	8
Telefonar utilizando VoIP/internet	6
Buscar informações	8
Treinar e qualificar o quadro de pessoal	3
Outras	3

Fonte: Pesquisa da autora.

Confrontando esses dados com as respostas dadas espontaneamente (ver Gráfico 1), chama a atenção o fato de que todas as organizações pesquisadas informaram buscar informações na internet para manter-se informado sobre o seu negócio, mas apenas três (37,5%) o citaram de modo espontâneo. De acordo com Nascimento e Trompieri Filho (2002, p.88), uma segunda aplicação da internet é aquela que permite ao usuário explorar a informação distribuída na rede. Isso porque, “[...] a internet vincula o usuário ao resto do mundo, permitindo procurar e acessar um espectro de dados armazenados nos distintos servidores da rede”. A partir dos dados obtidos foi possível concluir que a pesquisa e/ou a busca de informações na internet foi considerada um importante recurso no desenvolvimento do trabalho da organização.

As organizações citaram ainda o uso da internet para participarem de grupos de discussão. Ainda de acordo com Nascimento e Trompieri Filho (2002, p.88), a necessidade de compartilhar a informação e o interesse crescente em criar foros de debate originou uma extensão do correio eletrônico, a listas de discussão. As listas são comunidades virtuais agrupadas em função de um tema. “Todo *e-mail* destinado à caixa postal da lista é reenviado para todos os seus membros. Estas listas constituem um dos meios mais efetivos para manter uma atividade de intercâmbio de informação entre pessoas que têm interesses comuns, quando os membros do grupo não estão conectados à rede de forma simultânea”. Por fim, uma organização (12,5%) citou ainda o uso da internet para o fornecimento de informações (produção de conteúdo): “*Fornecer informações também, a organização não só busca*

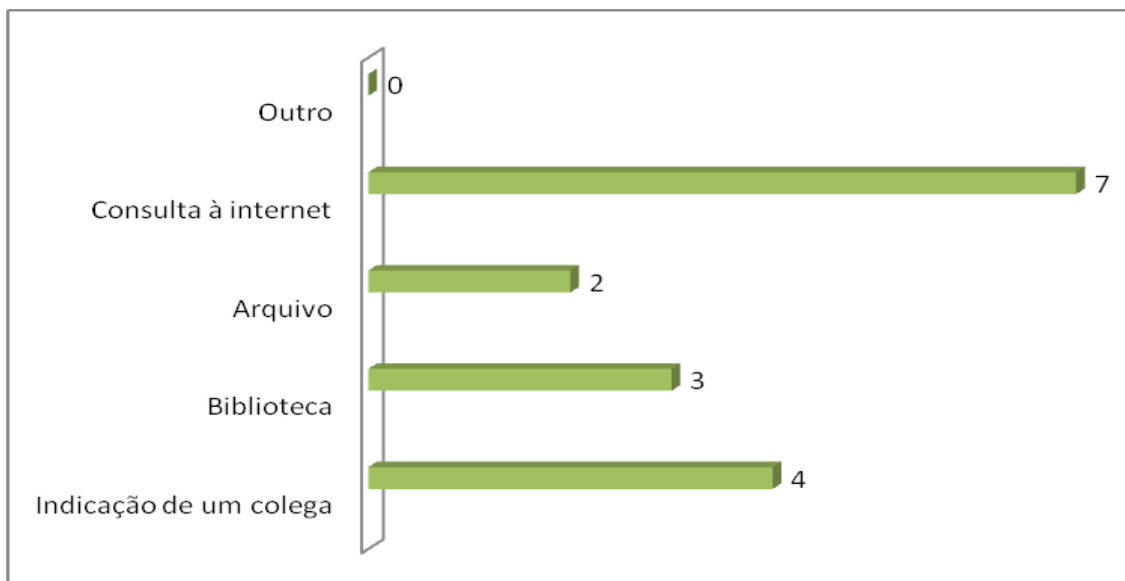
informações, mas também divulga nas mídias sociais, no próprio site, com informativos eletrônicos” (ONG F). A produção de conteúdo em rede pelas organizações pesquisadas será discutida na categoria 4.

Para facilitar a análise dos dados e entendendo-se que o conceito de competência informacional envolve o desenvolvimento de habilidades no processo de busca, avaliação e utilização da informação com autonomia e eficácia, além da produção de conteúdos, os dados obtidos foram separados em quatro categorias.

A **categoria 1** envolve as questões relacionadas à busca da informação. Na **categoria 2** serão apresentados os resultados relacionados à seleção da informação. A **categoria 3** discute os resultados referentes à avaliação da informação. E por fim, a **categoria 4** apresenta os resultados referentes à produção de conteúdo para a internet.

4.1.1 Categoria 1: Busca da informação

Quando questionados sobre a frequência com que acessam a internet para o desenvolvimento do trabalho da organização, as oito organizações pesquisadas foram unânimes em afirmar que a utilizam “várias vezes ao dia” para buscar informações referentes ao desenvolvimento do trabalho. Sendo assim, buscou-se conhecer quais as fontes de informação mais utilizadas pela organização. De maneira geral, a fonte de informação mais utilizada foi a “consulta à internet”: sete das oito organizações pesquisadas recorrem primeiramente a ela para buscar informações. Um dado importante para se destacar, é o fato de que quatro organizações (50%) citaram também que utilizam a “indicação de um colega” como sua fonte principal, conforme observado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Fonte de informação utilizada

Fonte: Pesquisa da autora

Os entrevistados foram convidados a responder a seguinte questão: “Quando o(a) senhor(a) não encontra a informação de que a organização precisa na internet como faz para localizá-la? Onde procura a informação?”. As respostas indicaram coerência com as respostas apresentadas acima, uma vez que a fonte mais citada foi a consulta ao colega e/ou parceiro da instituição (seis citações):

- a) “[...] recorrendo aos colegas e redes de informação”;
- b) “Através da consulta a parceiros, colegas ou visitando instituições ou órgãos (telefone)”;
- c) “A depender do tipo de informação, recorro a outras organizações através de contato telefônico”;
- d) “Contatos pessoais [...]”;
- e) “Converso com um colega ou busca a informação com Instituições parceiras da organização”;
- f) “Com alguém da equipe que possa ter conhecimento relacionado”.

Essa percepção reforça o entendimento apresentado anteriormente, quando se concluiu que as organizações pesquisadas compreendem que o uso

da internet amplia as possibilidades de acesso à informação, mas não substitui outros canais, principalmente o contato face a face.

A gente tenta identificar oportunidades para a sustentabilidade. Informações sobre leis ou decretos que afetam as nossas atividades a gente tenta acompanhar. Muitas vezes a informação chega até nós, mas fazemos outras buscas como forma de checar a veracidade da informação. Quando conhecemos a fonte da informação, fazemos as nossas buscas diretamente nesses sites em outros casos temos que fazer uma busca mais abrangente que envolve o uso de buscadores (ONG F).

Com relação à consulta à internet, quando questionados se tinham alguma dificuldade para localizar as informações, os entrevistados foram unânimes em responder que não. A maioria justificou afirmando que possuíam: *“experiência de busca”, “No nosso campo de atuação em específico, a internet hoje dispõe de informação em grande escala” e “habilidades com a pesquisa na internet”*. Os entrevistados demonstram uma autopercepção positiva em relação às suas habilidades de pesquisa, mas isso não reflete necessariamente as competências da organização.

O que eu observo hoje é que as pessoas só sabem fazer aquilo que elas estão lá para fazer. Então, muitas vezes eu, ou a pessoa responsável pelo setor de informática damos suporte a essas pessoas. [Elas] usam o computador, mas não a internet ou muito limitadamente: e-mail, skype (ONG B).

A partir da apuração dos dados foi possível concluir que, as organizações pesquisadas optaram por um modelo mais diluído de utilização das TICs, ou seja, todas as utilizam, mas de acordo com as funções específicas nas quais atuam: *“Em diferentes níveis de apropriação das tecnologias, de uma maneira ou de outra, todas usam e o trabalho demanda, inclusive para a comunicação” (ONG F)*.

Dois organizações (25%) das pesquisadas citaram o Google como um dos principais instrumentos para realizar suas buscas: *“Não utilizo um site em específico, geralmente consulto os buscadores, o Google por exemplo. Se for uma informação específica de uma organização, o site da própria organização” e “Normalmente encontro através do Google”*.

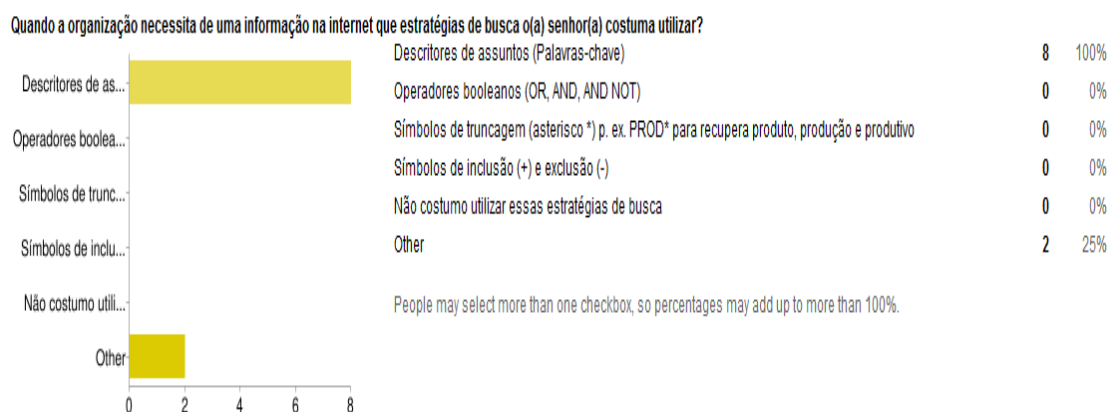
Em uma das falas de uma das organizações é possível perceber essa dinâmica:

Buscamos na internet todas as informações que digam respeito às nossas atividades, projetos, programas, editais, textos, fundamentação teórica. E que a gente sabe que pode ser localizada na internet. A gente busca em sites de outras instituições, do governo e, a gente utiliza o Google quando a gente está querendo uma informação que não conseguimos achar (ONG A).

Faz-se importante destacar que nenhuma das oito organizações pesquisadas citou à Abong como fonte de informação. O que chama a atenção, pois em seu *website*, a Abong disponibiliza para consulta e download diversas publicações. Essas publicações são referentes ao universo das associadas e os temas que a Abong apoia a exemplo da sustentabilidade das ONGs no Brasil. A Abong é responsável, ainda pela elaboração e divulgação de uma *newsletter*, neste informe, de periodicidade mensal, são debatidos temas de interesse para o universo das ONGs.

Na seção link é possível ter acesso, por exemplo, a editais com inscrições abertas em diversas áreas e links para *website* de agências de cooperação nacional e internacional.

Em relação à estratégia de busca utilizada pelas organizações, todas informaram que utilizam os descritores de assunto (palavras-chave) para efetuar suas pesquisas na internet. Hatschbach e Olinto (2011, p.1956) chegaram à conclusão similar ao analisarem a competência informacional de estudantes de graduação em turismo. De acordo com a pesquisa dessas autoras, 73% dos graduandos não souberam utilizar os operadores booleanos e (*and*), ou (*or*), não (*not*) para estruturar suas buscas, apesar de que “[...] esses operadores estão disponíveis na maior parte das ferramentas de busca, assim como nas bases de dados e em catálogos de bibliotecas”. A pesquisa concluiu que a maioria dos graduandos compreende que a utilização de apenas uma palavra-chave numa pesquisa *online* resultará em uma resposta satisfatória.

Gráfico 3: Estratégia de busca

Fonte: Pesquisa da autora

Duas organizações (25%) citaram ainda o uso da aspa para restringir a pesquisa e o serviço do Google denominado Alerta Google. Os Alertas do Google são atualizações, enviadas por e-mail, dos mais recentes resultados do Google (*web*, notícias e etc.) com base em uma solicitação de pesquisa. Araújo (2001), ao analisar as práticas informacionais¹³ no contexto das ONGs, conclui no que se refere à recepção da informação, que

Se quisermos compreender de forma mais aprofundada o fenômeno informacional e de forma mais específica a prática de recepção de informação, num contexto de práticas de cidadania, devemos desenvolver uma análise que contemple o segundo momento dessa prática, ou seja, o momento da seleção da informação. Um dos caminhos possíveis para realizar tal análise pode ser a caracterização dos critérios de seleção utilizados pelo sujeito-receptor para decidir sobre o uso ou não da informação acessada (ARAÚJO, 2001, p.33).

Nesse sentido, o próximo tópico discutirá os critérios de seleção da informação acessada.

¹³ As práticas informacionais são conceituadas como ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem em circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais (ARAÚJO, 2001).

4.1.2 Categoria 2: Seleção da informação

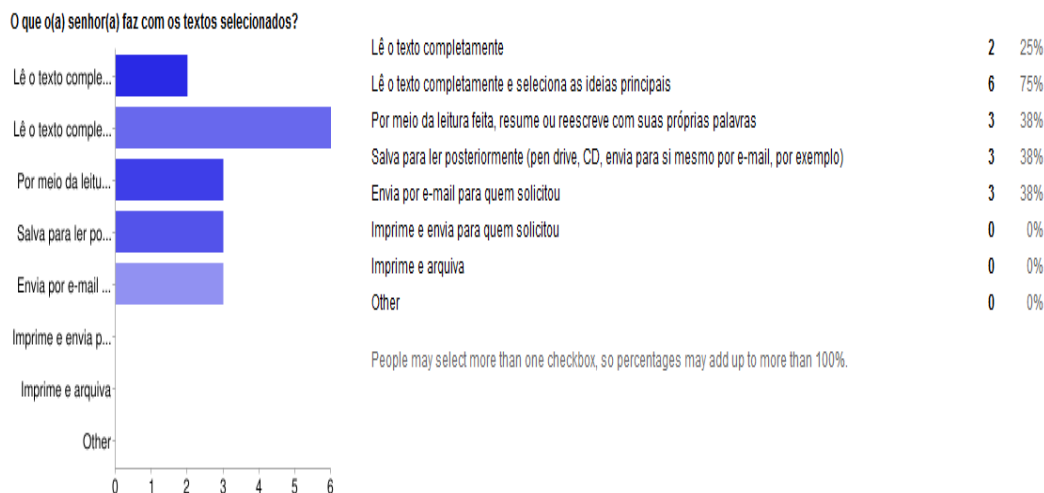
A internet possibilita uma comunicação rápida, intensa e eficiente que facilita a construção e o compartilhamento do conhecimento. Porém, conforme destaca Sugimoto *et al.* (2008), diante de tantas possibilidades na internet, é necessária a orientação do usuário na seleção das informações e na verificação das fontes. Isso porque, atualmente, há uma elevada quantidade de informação eletrônica disponível, o que, segundo Dudziak (2002), demanda critérios na seleção dessa informação, de maneira a analisar tanto seu conteúdo quanto sua apresentação.

Atualmente, existe excesso de informação e cada pessoa se encontra frente a uma variedade enorme de opções. Do excesso de informações disponibilizadas surgiu o paradoxo do não acesso à informação. Por si mesma a explosão informacional criou barreiras como o número praticamente ilimitado de fontes, o que faz com que seja necessário contar com estratégias que permitam selecionar a informação confiável para a tomada de decisões.

No tópico anterior, as organizações informaram utilizar como estratégia de seleção da informação o uso de palavras-chave. Questionados sobre os procedimentos adotados para selecionar as informações de interesse da organização quando esta recupera muita informação em sites de busca, seis organizações (75%) afirmaram que lêem todas as entradas e selecionam a mais relevante. Esse comportamento pode indicar que, na prática, as organizações procuram nos resultados os termos por eles utilizados na busca. Apenas três organizações (37,5%) das pesquisadas informaram utilizar mais de uma estratégia: o uso de *websites* já conhecidos (uma citação) e a seleção a partir da fonte de informação (duas citações). Uma das organizações não respondeu à questão.

4.1.3 Categoria 3: Avaliação da informação

Gráfico 4: Aplicação dos textos selecionados



Fonte: Pesquisa da autora

Com relação à confiabilidade da informação, todos os respondentes afirmaram utilizar mais de uma fonte de informação e realizar as buscas em sites que possuam autoridade.

4.1.4 Categoria 4: Produção de conteúdo para internet

Foi perguntado aos respondentes: “A organização costuma produzir conteúdo para disponibilizar na internet?”. Todas as organizações pesquisadas (oito citações) informaram que o fazem. A seguir eles foram convidados a responder sobre os recursos que utilizam para publicar as informações que produzem e sobre os conteúdos produzidos.

Gráfico 5: Recursos na internet que a organização utiliza

Fonte: Pesquisa da autora

Todas as organizações foram unânimes em afirmar que utilizam o *website* da organização para disponibilizar conteúdo na internet. Sete delas (87,5%) participam de redes sociais ou comunidades virtuais e/ou blogs e quatro (50%) disseram utilizar esses recursos para trocar informações. As organizações que estão apostando nas redes sociais o fazem para se aproximar de seu público-alvo, divulgar suas ações e obter ou difundir informações dentro das suas áreas de interesse: *“Houve um impacto na atuação com os jovens, a internet, neste caso, mobilizou a juventude e serviu como um instrumento a mais na aproximação da organização com esse público”* (ONG F). Por outro lado, uma organização citou que o uso de ferramentas como Twitter e Facebook não propiciariam a comunicação de que precisam:

[...] como a gente é uma instituição de formação, com processos definidos e consolidados, a mídia social é uma mídia de comunicação rápida e às vezes muito superficial, então a gente não consegue dizer no Facebook e no Twitter o que realmente você precisa dizer (ONG A).

Essa mesma organização mantém um link em seu site para o blog da própria instituição. O blog foi criado em 2010 com o objetivo de promover a interação entre os usuários do site e a instituição. No entanto, nenhuma mensagem foi postada no blog, levando-se em consideração o momento da pesquisa. Buscou-se ainda compreender se o fato de utilizar um ou mais desses recursos contribui para que a organização alcance seus objetivos.

Todas afirmaram que o uso desses recursos contribuiu para que alcançassem seus objetivos. Quando questionados sobre de que forma a internet contribuiu, cinco (62,5%) informaram que aumentou a visibilidade da organização.

[...] se a gente quer aparecer, se a gente quer mobilizar recursos, a gente precisa, primeiro ser conhecido. Além de ser conhecida, a gente precisa transparecer uma organização sólida que tem credibilidade. Então, a gente precisa aparecer e não é só aparecer, tem que ter todo um cuidado, um planejamento, traçar estratégias para um público certo. Quando você ouve falar numa organização o primeiro lugar que você recorre é a internet, você não liga, você não vai a organização. A internet é o meio mais fácil de comunicação para você chegar aonde se quer. Então, no site devem constar informações sobre quem você é, o que você faz e tudo muito claro, bem objetivo (ONG B).

A partir da fala acima é possível apreender que a visibilidade da organização está diretamente relacionada com a questão de mobilizar recursos financeiros para a sustentabilidade. Inclusive, a captação de recursos foi citada por quatro organizações como sendo facilitada pelo uso da internet.

[...] se a gente precisa de recursos, precisa aparecer como uma organização que precisa de recursos. De tempos em tempos, nos temos treinamento na área de comunicação, a gente está entrando nas redes sociais, coisas que talvez, a gente nunca tenha pensado em fazer. Esse ano a gente teve um treinamento em advocacy, pensar estratégias, ações para advogar causas, o que a gente precisa fazer para advogar essas causas. A gente juntou algumas organizações e começou a discutir parcerias, o uso da mídia, o uso da internet, o uso de vídeos e do youtube. A ideia é discutir como a gente pode usar a internet e continuar sendo uma organização sólida e que deve prezar pela coerência com a sua missão (ONG B).

Em geral, os conteúdos produzidos pelas organizações pesquisadas abordam temas relativos à causa apoiada por elas (oito citações) e material de divulgação institucional (relatórios, estatutos e etc.). Em visita aos *websites* dessas organizações, observou-se que esses espaços têm sido utilizados para reproduzir em formato digital as publicações impressas, com o objetivo de dar visibilidade à organização.

[...] a organização entende que é importante dar visibilidade as atividades que desenvolve. O site, então, é o instrumento que a gente pode atingir mais pessoas. Além de ter uma diminuição dos custos, já que com os materiais impressos há sempre a necessidade de estarmos refazendo e no site não, nós mesmos fazemos a alimentação dos conteúdos (ONG F).

Uma organização informou ainda que ações pontuais de comunicação sempre existiram, a exemplo das publicações e materiais de disseminação e de comunicação institucional, como folders, boletins informativos, entre outros. Inclusive, algumas dessas iniciativas são executadas pelos programas locais, como reuniões, seminários, oficinas, convites, produção de vídeos e programas de rádio. No entanto, nos últimos anos, três publicações que estavam paralisadas foram finalizadas e lançadas – Cartilha de Criação de Caprinocultura, Apicultura e Manual de Segurança Alimentar e Nutricional. Iniciou-se, também, um processo de “animação” da comunicação interna, com criação de instrumentos, como lista de discussão, mural, informativos eletrônicos e relatos de atividades. O entendimento é que as estratégias de comunicação fortalecem os laços de coesão e motivação interna, pois através da comunicação pode-se ampliar o alcance do trabalho, formar parcerias, mobilizar pessoas em torno da missão da organização. Além disso, favorece “[...] a interação entre organização e sociedade, possibilitando que a primeira compreenda as demandas da segunda e dê retorno a esta sobre suas ações e impactos” (ONG F).

No tocante ao processo de decisão para a escolha dos recursos da internet a serem utilizados pelas organizações, as respostas foram semelhantes à que é transcrita abaixo:

A gente tem um planejamento bem amplo que envolve as pessoas de comunicação e mobilização de recursos, esses grupos se reuniram e decidem o que vai fazer para cada público. Então, para a mobilização de recursos, por exemplo, a gente discute quais são as estratégias para mobilizar recursos financeiros que a organização vai utilizar. Uma das decisões da última reunião, por exemplo, foi à utilização de uma FrontPage no facebook para arrecadar fundos, a FrontPage será interativa. As discussões são semestrais, onde é elaborado o planejamento. Durante todo o tempo é feito um monitoramento para a avaliação e se necessário, um novo planejamento. [...] Decisões que tenham a ver com a postura da organização,

com sua imagem, as decisões ficam a cargo da coordenação (ONG B).

As organizações entendem que cada um de seus membros e/ou colaboradores é responsável por socializar e compartilhar conteúdos e informações, sendo papel do profissional de comunicação, quando a organização dele dispõe, fornecer e gerenciar os meios para isso. Embora não tenha sido citado durante a aplicação do formulário, uma das organizações pesquisada possui institucionalizado um plano estratégico de comunicação. O objetivo deste plano é estabelecer diretrizes sobre a comunicação interna e externa da organização, o público alvo a ser alcançado, bem como o conteúdo a ser abordado.

Ainda com relação aos conteúdos produzidos e divulgados pela organização, foi proposta a seguinte questão: “A organização utiliza conteúdos já existentes para reproduzir nesses espaços?” Todas responderam afirmativamente. Uma delas chamou atenção para o fato de que essa reprodução tem sido mínima: “[...] *dada a baixa interatividade do site, necessidade de atualizações mais frequentes, pessoal mais voltado ao site, a reprodução de conteúdo tem sido mínima*” (ONG E). O processo de decisão para escolha dos conteúdos a serem reproduzidos pela organização sofre a mesma lógica da escolha dos conteúdos produzidos, bem com sua finalidade. Em visita ao *website* das organizações foi possível observar que os conteúdos reproduzidos normalmente são referentes a publicações das instituições parceiras e a forma de divulgação utilizada no *website* é a presença de um *link* para a reportagem, por exemplo.

Em 2002, a Abong em parceria com a Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS) lançou um programa de formação intitulado “Informação e comunicação na era da informação: uso estratégico da internet por ONGs”. O objetivo dessa formação foi oferecer aos participantes a possibilidade de discutir aspectos referentes à gestão dessas organizações com base nas TICs e destinou-se aos dirigentes de ONGs sediadas no Nordeste brasileiro.

Quatro temas principais foram abordados nesse processo formativo:

a) Sociedade da Informação e exclusão digital;

- b) Sociedade de Redes e Redes de Organização Sociais;
- c) Uso estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação nas ONGs;
- d) Capacitação no uso das ferramentas de comunicação baseadas na internet.

De acordo com Sousa (2005) essa ação foi resultado de uma pesquisa realizada pela RITS sobre desenvolvimento local junto a 1.080 organizações da sociedade civil. O resultado dessa pesquisa apontou algumas das dificuldades que as ONGs enfrentam ao utilizar a internet, como por exemplo, carência de recursos financeiros, computadores insuficientes ou inadequados e a falta de capacitação para uso. Ainda de acordo com Sousa (2005), essa mesma pesquisa concluiu que a maior utilização da internet pelas ONGs diz respeito à pesquisa e busca de informações, comunicação por e-mail, divulgação de informações e campanhas para mobilização de recursos. Decorridos 10 anos desde a capacitação acima citada, em algumas das ONGs pesquisadas os desafios a serem superados permanecem basicamente os mesmos.

A maioria das ONGs pesquisadas se mostra consciente de algumas vantagens da comunicação virtual, entre elas, barateamento dos custos; velocidade de transmissão; autonomia frente às diretivas ideológicas e mercadológicas dos impérios de comunicação,

É um desafio não só de nossa organização, mas de todas as organizações que atuam nesse meio, de como se valer da comunicação nesse nosso trabalho. [Pois] do outro lado a gente tem uma mídia fortíssima que atinge todos os lares todas as noites, telejornais principalmente, e que na maioria das vezes tem uma postura crítica em relação à atuação dos movimentos sociais e da reforma agrária. Vira e mexe a gente vê na mídia escrita e televisiva críticas e coisas até inverídicas [...] Então, a comunicação aí tem um papel muito forte nesse trabalho, a internet neste caso é imprescindível [...] (ONG D).

De acordo com Moraes (2000, p.142), não se tem a pretensão, com o uso da internet, de atingir milhões de pessoas, esse privilégio, de acordo com o autor, é dos que detêm o controle dos meios de comunicação tradicionais.

Em suas palavras: “O que se busca é promover a disseminação de ideias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar”. O autor afirma ainda que, o uso da internet pode driblar o monopólio de divulgação, permitindo que “[...] forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social”.

As organizações pesquisadas elaboram e disponibilizam, simultaneamente, uma gama de recursos interativos, publicações, murais, fóruns e grupos de discussão eletrônicos como forma de manter a interação com outras organizações e com seu público alvo. Ainda de acordo com Moraes (2000, p.144), as ONGs precisam “[...] considerar o fato de que a explosão de redes interativas multimídias requer a geração de planos específicos de comunicação para um número cada vez maior de segmentos sociais que migram para o ciberespaço com ânsia de expressão”. No entanto, esta preocupação foi apresentada por apenas três das organizações pesquisadas, e apenas uma delas possui um plano de comunicação estruturado.

Entre os resultados mais significativos, destaca-se:

- a) O entendimento de que a comunicação por meio da internet favorece a mobilização de recursos;
- b) O e-mail é o meio de comunicação mais utilizado;
- c) A frequência de acesso a informações para o desenvolvimento do trabalho é feita diariamente;
- d) A finalidade da troca de informações entre as organizações é para divulgar o trabalho desenvolvido e desenvolver parcerias.

Embora as organizações compreendam que a comunicação propiciada pela internet favorece uma gama de atividades, entre elas a mobilização de recursos. Com relação à busca de informações, não se observou o uso de critérios de seleção eficientes, a exemplo dos operadores booleanos. O e-mail como meio de comunicação mais utilizado é também, um mecanismo de troca de informações, mas isso não reflete em competências

informacionais, pois o seu conceito diz respeito à habilidade de buscar, localizar, acessar e usar a informação.

5 CONCLUSÃO

O nível complexo da competência informacional proposto por Dudziak pressupõe a construção do conhecimento por meio do estabelecimento de relações. Sendo assim, a capacidade de estabelecer relações, de aprender por meio do diálogo formam a base da competência informacional que visa à emancipação (DUDZIAK, 2011). O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar as competências informacionais que as ONGs de Salvador, associadas à Abong, empregam ao utilizarem a internet como meio de comunicação e interação. Conforme explicitado na Introdução, a internet tem o potencial de encurtar distâncias e facilitar os processos de comunicação, favorecer o intercâmbio de informações e o compartilhamento de experiências, além de criar espaços virtuais propícios ao debate de ideias, à construção de conhecimento conjunto e à atuação coletiva. Assim, a suposição da qual se originou o problema da pesquisa foi de que por trabalharem em rede com a Abong, as organizações e elas filiadas desenvolvem competência informacional para o ambiente digital como forma de manter o diálogo e a interação. No entanto, a partir dos dados obtidos, observou-se que o uso da internet pelas organizações pesquisadas varia, principalmente, em relação aos objetivos delineados e ao número de seus funcionários.

O fato de ser associada à Abong parece não interferir nas interações no ambiente digital. Isso porque nenhuma das organizações afirmou interagir pela internet com a Abong durante as entrevistas. A ausência de evidências com relação a essa interação leva à conclusão de que as competências desenvolvidas pelas organizações pesquisadas não foram desenvolvidas e/ou demandas pela necessidade de interação com a Abong. Inclusive, porque, nenhuma delas citou, por exemplo, a Abong como promotora de ações nesse sentido.

Esse fato chama a atenção, pois a Abong é responsável por promover debates e discussões acerca do papel das ONGs no cenário nacional, sobretudo, sua relação com o Estado, defendendo a ideia de que devem ser financiadas pelos governos, como uma forma de promoção e manutenção da democracia, no entanto, por meio de critérios democráticos e

transparentes. Ela tem criticado principalmente o encolhimento do Estado e a progressiva transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil organizada, principalmente as ONGs, conforme apontado por Dagnino (2004).

Inclusive, esta é uma das críticas da Abong a Lei das OSCIP. Isso porque a parceria entre o governo e a instituição é realizada por meio do Termo de Parceria, um instrumento jurídico criado pela Lei 9.790/99 para o fomento e execução de projetos entre o Poder Público e a OSCIP. Os programas de trabalho são negociados entre as duas partes, envolvendo, dentre outros aspectos, objetivos, metas, resultados, indicadores de desempenho e mecanismos de desembolso. Outras parcerias com o governo são realizadas por meio de edital. Todas as organizações pesquisadas desenvolvem trabalhos e projetos próprios, sem vinculação com governos, cada qual em sua área de atuação, no entanto, essas ações ficam em segundo plano quando o financiamento é por editais do poder público, uma vez que os objetivos, a execução e seu tempo de duração, estão neles descritos. É nesse sentido, portanto que Soczek (2002) esclarece que essas parcerias de forma alguma deveriam significar qualquer tipo de subserviência ou a ausência de críticas ao Estado, ainda que a necessidade de financiamento muitas vezes comprometa uma salutar autonomia por parte das ONGs para execução dos seus projetos.

As interações das ONGs pesquisadas, sobretudo por meio da internet, na maioria das vezes, são com agências de cooperação nacional e internacional, e outras organizações. Inclusive, este foi o motivo mais citado para que as organizações fundadas antes de 1995 passassem a utilizar a internet como meio de interação e divulgação do seu trabalho. Se antes as ONGs viviam isoladas, refletindo o contexto político e social no qual surgiram a partir da década de 1990, esse cenário modifica-se, sobretudo, por conta do projeto político democratizante e participativo cujo marco formal é a Constituição de 1988. Outro aspecto a ser observado são as modificações nas condições de sustentabilidade política e financeira das ONGs, advindas da diminuição dos investimentos da cooperação internacional no Brasil.

Conforme apontado por Gouveia e Daniliauskas (2010) a diminuição de investimentos da cooperação internacional, no decorrer dos últimos anos, se deu sem grandes quedas no volume dos recursos acessados pelas ONGs. Isso

significa dizer que, possivelmente elas passaram a captar recursos de outras fontes. Sua visibilidade passou a ser, então, importante fator para a captação de recursos, entre outros. E um dos mecanismos utilizados é a internet, embora ela não tenha substituído o contato face a face.

É nesse sentido que as competências informacionais para atuação no ambiente digital tornam-se importantes. O argumento utilizado neste trabalho foi de que a internet amplia as possibilidades de comunicação e interação entre os indivíduos, e, portanto, entre as organizações pesquisadas. No entanto, faz-se necessário que os indivíduos e as organizações possuam conhecimentos, habilidade e atitudes, competências para lidar com o ambiente digital. Portanto, o conceito de competência informacional apresentado neste trabalho envolve além das habilidades, conhecimentos e atitudes, a questão da comunicação, como capacidade de estabelecer relações.

Por meio dos resultados obtidos, foi possível observar ações pontuais realizadas por meio da internet pelas organizações pesquisadas. Os resultados apontam para pouca utilização de espaços na internet. As ONGs ainda precisam criar condições de ampliar as possibilidades de utilização da internet, e buscar uma maior compreensão sobre as alternativas de interatividade que o ambiente *online* proporciona para a promoção de suas causas. Como afirmam Oliveira e Santos (2011), seja no ambiente *online* ou *offline* é preciso o desenvolvimento de políticas e estratégias de comunicação adequadas que considerem, por exemplo, a diversidade de temas e públicos, e o conhecimento de recursos comunicacionais adequados.

REFERÊNCIAS

- ABONG. **Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil:** sustentabilidade da Organizações da Sociedade Civil. Rio de Janeiro, 2010.
- ABONG. **Um novo marco legal para as Ongs no Brasil:** fortalecendo a cidadania e a participação democrática. Rio de Janeiro, 2005.
- ADULIS, D. **O desafio das redes.** [200-?]. Disponível em: <www.abdl.org.br/filemanager/download/.../O_desafio_das_Redes.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30, 2007. Santos: **Anais...** Santos: Intercom, 2007.
- AMÂNDIO, M. J. **Literacia de informação 2.0 nas Bibliotecas Municipais de Oeiras:** uma abordagem ao Programa Copérnico. 2007. Disponível em: <<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM53.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2010.
- ARAÚJO, E. A. de. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de organizações não governamentais – ONGs brasileiras. **Inf. Inf.**, Londrina, v.6, n.1, p.31-54, jan./ jun. 2001. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/infosociedade.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2010.
- ARMANI, D. **Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras.** [200-?]. Disponível em: <<http://www.pad.org.br/content/breve-mapa-do-contexto-das-ongs-brasileiras>>. Acesso em: 26 mar. 2011.
- AVIRAM, A.; ESHET-ALKALAI, Y. Towards a theory of digital literacy: three scenarios for the next steps. **European Journal of Open, Distance and E-learning**, v. 1, 2006.
- BARRETO, A. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão (Org.). **Para entender a Ciência da Informação.** Salvador: EdUFBA, 2007.
- BAWDEN, D. Revisión de los conceptos de alfabetización informacional y alfabetización digital. **Anales de documentación**, n.5, 2002, p.361-408.
- BELLUZZO, R. C. B. O uso de mapas conceituais e mentais com tecnologia de apoio à gestão da informação e comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.2, n.2, p.78-89, dez. 2006. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/19>>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- BORGES, J. **Participação política, Internet e competências infocomunicacionais:** estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. 2011. 346 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- BORGES, J.; JAMBEIRO, O. Do acesso à participação: novas relações entre indivíduos e informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

CAMPELLO, B. O movimento pela competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003.

CAPOBIANCO, L. Comunicação e literacia digital na internet: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital ACESSA-SP – PONLINE. 2010. 174f. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASTELLS, M. Comunidades virtuais ou sociedade em rede? In: _____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Interface).

COSTA, C.; ALTURAS, B. Critérios para avaliação da qualidade dos recursos e da informação disponível na internet. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <http://www.iadis.net/dl/final_uploads/200713L022.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

CUNHA, V. A. da. Questões e estratégias do processo de disseminação da informação em bibliotecas públicas: um estudo de caso. In: CARVALHO, Kátia; SCHWARZELMÜLLER, Anna Friedericka (Orgs.). **O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções**. Salvador: EDUFBA, 2006.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

DUDZIAK, A. E. A escolarização da competência informacional. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação: nova série**, São Paulo, v.2, n.2, p.63-77, dez. 2006. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

DUDZIAK, A. E. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, A. E. Em busca da pedagogia da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.9, n. 1, p. 166-183, jul./dez. 2011.

DUDZIAK, A. E. Information literacy: uma revolução silenciosa, diferentes concepções para a competência em informação. 2002. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/41105707_Information_Literacy_uma_revolu_o_silenciosa_diferentes_concepcoes_para_a_competencia_em_informao>. Acesso em: 17 abr. 2010.

DUDZIAK, A. E. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **PontodeAcesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.32, n.1, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000100003&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 28 de set. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 1991.

GILSTER, P. Digital fusion: defining the intersection of content and communications. In: MARTIN, Allan; MADIGAN, Dan (Eds.). **Digital literacies for learning**. London: Facet Publishing, 2006.

GISBERT CERVERA, M.; ESPUNY VIDAL, C.; GONZÁLEZ MARTÍNEZ, J. Incotic: una herramienta para la autoevaluación diagnóstica de la competencia digital en la universidad. **Profesorado**: Revista de currículum y formación de profesorado, v. 15, n.1, p.75-90, 2011.

GOUVEIA, Taciana; DANILIAUSKAS, Marcelo. **Abong**: panorama das associadas. [S.l]: Abong, 2010.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p.20-34, jan./ jun. 2008. Disponível em: <http://febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/64/78>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005**. Rio de Janeiro, 2008.

JUNQUEIRA, A. H.; PASSARELI, B. A Escola do Futuro (USP) na construção da cibercultura no Brasil: interfaces. **Logos 34**: o estatuto da cibercultura no Brasil, v.34, n.1, p.62-75, jan./ jun. 2011.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LECARDELLI, J.; PRADO, N. S. Competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v.2, n.2, p.21-46, dez. 2006.

LUCAS, E. R. de O.; MARTINS, T. da S. Os programas de inclusão digital do Governo Federal sob a ótica da competência informacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.82-99, mar. 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/293/196>. Acesso em: 04 abr. 2011.

MACHADO, L. R. de S. Usos sociais do trabalho e da noção de competências. IN: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

MIRANDA, S. V. Identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004.

MORAES, D. de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet. **Revista brasileira de ciências da comunicação**, v.23, n.2, p.142-155, jul./ dez. 2000.

NASCIMENTO, R. B. do; TROMPIERI FILHO, N. Correio eletrônico como recurso didático no ensino superior: o caso da Universidade Federal do Ceará. **Ci. Inf.**, Brasília, v.31, n.2, p.86-97, maio/ ago. 2002.

ORTEGA Y GASSET, J. **Missão do bibliotecário**. Tradução e posfácio de Antonio Agenor Brinquet de Lemos. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico prática. 12.ed. [S.l.]: Papirus, 2004.

RÉGIS, F. Tecnologias de comunicação, entretenimento e competências cognitivas na cibercultura. **Revista Famecos**, v. 37, p. 32-37, dez. 2008.

RIBEIRO, A. P. S.; SILVA, H. P.; BORGES, J. Informações de governo eletrônico e Inclusão digital: estudo no bairro de Cajazeiras - Salvador / BA. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - ENEBD, 29., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.

SALES, R.; ALMEIDA, P. P. Avaliação de fontes de informação na internet: avaliando o site NUPILL/UFSC. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.2, p.67-87, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2288049>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

SOCZEK, D. Da negação à parceria: breves considerações sobre as relações ONGs-Estado. **Enfoques**: Revista eletrônica, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 28-45, 2002. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG's.%20OSCIPI'S%20e%20Terceiro%20Setor/Da%20nega%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20parecerias%20-%20breves%20considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20as%20rel.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.

SOUSA, C. A. L. de. **ONGs e internet**: da ação educativa e política no lugar ao ciberespaço. 234 f. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

SUGIMOTO, A. et. al. Avaliação de objeto de aprendizagem: critério de seleção de informação na Web. 2008.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VERGARA, S. C.; FERREIRA, V. C. P. Ongs no Brasil: expansão, problemas e implicações. **RG&T**, v.6, n.1, jul./dez. 2005.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2010.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Projeto de pesquisa:
Usos da internet e a competência informacional: um estudo com as associadas da ABONG em Salvador/ BA.

ENTREVISTA

Data:

Organização:

Nome do entrevistado:

Cargo e/ou função que exerce na organização:

1. Qual a missão da organização?
2. Quais os objetivos da organização?
3. Qual o ano de fundação da organização?
4. A organização utiliza internet para desenvolver suas atividades?
() Sim
() Não
- 4.1 Por quê?
(Caso a resposta seja afirmativa) Como e para que é utilizada?
5. Desde que ano a internet é utilizada pela organização?
5.1 Porque e para que começaram a usar?
6. Em sua opinião, o uso da internet contribuiu para que a organização atingisse seus objetivos? De que forma?
(Caso a resposta seja negativa) O que considera como causa para não ter havido contribuição?
7. A utilização da internet levou a mudanças na atuação da organização? Quais?
7.1 Como avalia essas mudanças?
8. A organização utiliza a internet para interagir com os órgãos do governo?
(Caso a resposta seja negativa) Por quê?

Com quais órgãos?

Com que frequência?

Com que objetivos? [Pode selecionar mais de uma opção]
() Obter informações da Administração Pública (consultas)

- () Obter (download) certidões e formulários
- () Obter (download) editais
- () Enviar informações estatísticas às autoridades
- () Outros

Por favor, se o(a) senhor(a) selecionou a opção “outros”, especifique quais são.

9. Além das atividades já mencionadas, para quais das atividades listadas a seguir a organização utiliza a internet:

- () Enviar e receber e-mail
- () Telefonar utilizando VoIP/internet
- () Buscar informações
- () Treinar e qualificar o quadro de pessoal
- () Outras. Quais? _____

Se assinalou a atividade “Buscar Informações”, por favor, especifique o tipo de informações que a organização busca.

10. Quantas e em que posição estão as pessoas que utilizam internet na organização no desenvolvimento de suas atividades?

Nome	Posição
------	---------

11. Como cada uma delas desenvolveu competências para lidar com a internet?

Nome	Como desenvolveu
------	------------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Projeto de pesquisa:
Usos da internet e a competência informacional: um estudo com as associadas da ABONG em Salvador/ BA.

FORMULÁRIO

Data:

Organização:

Nome do entrevistado:

Cargo e/ou função que exerce na organização:

PARTE II. Identificando competências

1. Com que frequência, o(a) senhor(a) acessa a internet para buscar informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho na organização?

- () Várias vezes ao dia
 () Uma vez ao dia
 () Uma vez por semana
 () Duas vezes por semana
 () Mais de duas vezes por semana
 () Mensalmente
 () Outro. Especifique: _____

2. Quando a organização necessita de uma informação a que fonte o(a) senhor(a) recorre primeiramente?

- () Indicação de um colega
 () Biblioteca
 () Arquivo
 () Consulta a internet
 () Outro. Especifique: _____

3. Quando a organização necessita de uma informação na internet que estratégias de busca o(a) senhor(a) costuma utilizar?

- () Descritores de assunto (palavras-chave)
 () Operadores booleanos (AND, OR, AND NOT)
 () Símbolos de truncagem (asterisco *) - Ex: prod* (para recuperar produto, produção, produtivo)
 () Símbolos de inclusão (+) e de exclusão (-)
 () Não costumo utilizar essas estratégias de busca
 () Outros: _____

4. O(a) senhor(a) tem dificuldade de localizar as informações que procura na internet?

() Sim

() Não

Se seleccionar a opção “**sim**”, especifique quais são as dificuldades em localizar a informação:

Se seleccionar a opção “**não**”, especifique as razões:

5. Quando o(a) senhor(a) recupera muita informação em sites de busca, como faz para seleccionar as do interesse da organização?

() Abre o primeiro da lista

() Abre os primeiros da lista

() Abre todos da primeira página

() Lê todas as entradas e selecciona as mais relevantes

() Outra estratégia. Qual? _____

6. O que o(a) senhor(a) faz com os textos seleccionados?

() Lê o texto completamente

() Lê o texto completamente e selecciona as ideias principais

() Por meio da leitura feita, resume ou reescreve com suas próprias palavras

() Salva para ler posteriormente (*pen drive*, CD, envia para si mesmo por e-mail, por exemplo)

() Envia por e-mail para quem solicitou

() Imprime e envia para quem solicitou

() Imprime e arquiva

() Outro. Especifique: _____

7. Após localizar a informação necessária ao desenvolvimento do seu trabalho, como o(a) senhor(a) faz para verificar a confiabilidade da informação, ou seja, se a informação é verdadeira e completa?

8. Como o(a) senhor(a) organiza a informação obtida para localizá-la posteriormente?

() Por temas

() Por tipo de documentos (texto, figura, gráficos)

() Por formato (Word, Pdf, Power point, HTML)

() Outro. Especifique: _____

9. Quando o(a) senhor(a) não encontra a informação de que a organização precisa na internet como faz para localizá-la? Onde procura a informação?

10. A organização costuma produzir conteúdo para disponibilizar na internet?

() Sim

() Não

Se o(a) senhor(a) respondeu “**sim**”, por favor:

a) informe quais recursos a organização utiliza.

() Sítio eletrônico (website)

() Blog

() Facebook

() Twitter

() Orkut

() Outro. Qual? _____

b) descreva os conteúdos que são produzidos.

Se respondeu “**não**” especifique as razões.

11. Informe quem decide e como é o processo de decisão para a escolha dos recursos da internet a serem utilizados.

12. O fato de utilizar um ou mais desses recursos da internet contribui para alcançar os objetivos da organização?

() Sim

() Não

Se respondeu “**sim**” a questão anterior, descreva de que forma a internet contribuiu.

Se respondeu “**não**” especifique as razões.

13. Como é determinado o conteúdo a ser disponibilizado na internet? Existe alguma política da organização neste sentido? Descreva o processo de decisão sobre isso.

14. A organização utiliza conteúdos já existentes para reproduzir nesses espaços?

() Sim

() Não

Se respondeu “sim” a questão anterior, qual o critério de seleção desses conteúdos?

Se respondeu “**não**” especifique as razões.

14.1 Quem seleciona esses conteúdos?

15. O conteúdo é diferenciado de acordo com o público alvo?

15.1 Informe quem decide e como é o processo de seleção.

16. Que meios de comunicação são utilizados pela organização na internet?

[Pode seleccionar mais de uma opção]

- Chat
- Correio eletrónico
- Teleconferência
- Ferramenta do fale conosco
- Blogs
- Redes sociais
- Skype
- Outros. Quais? _____

17. Como o(a) senhor(a) faz para manter-se atualizado sobre os temas de interesse da organização?

18. O que o(a) senhor(a) costuma fazer para utilizar a informação obtida de forma ética e legal?

Lista das pessoas entrevistadas por organização

AATR (BA) – Associação de advogados de trabalhadores rurais no Estado da Bahia Carlos Eduardo Chaves
AVANTE – Avante qualidade, educação e vida Maria Thereza Marcílio
CEADE – Centro ecumênico de apoio ao desenvolvimento Adelmo Pereira
CEAS (BA) – Centro de estudos e ação social Matheus Sampaio
CESE – Coordenação ecumênica de serviço Diego Lobo
CIPÓ – CIPÓ comunicação interativa Fernanda Pimenta
ELO – ELO ligação e organização Samuel Carvalho
SASOP – Serviço de assessoria a organizações populares rurais Luciana Rios

Fonte: Pesquisa da autora